



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB		
EVENTO: Seminário	Nº: 0272/09	DATA: 03/04/2009
INÍCIO: 09h35min	TÉRMINO: 13h15min	DURAÇÃO: 03h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h39min	PÁGINAS: 69	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULA RAVANELLI LOSADA – Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.  
CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL – Coordenador da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF.  
AGNALDO MORAES DA SILVA – Assessor-Técnico da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.  
RODRIGO ROLLEMBERG – Deputado Federal/PSB-DF.  
DIONES ALVES CERQUEIRA – Representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA.  
MARÍLIA STEINBERGER – Professora-Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB.  
MARIA JOSÉ MONTEIRO – Representante da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.  
ETEVALDO SILVA – Presidente da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Valparaíso de Goiás e representante da a Federação das Associações Comerciais, Empresariais e Industriais do Distrito Federal e do Entorno.  
LUÍS QUENTAL COUTINHO – Representante da Agência de Planejamento, Estudos e Pesquisas do Estado de Pernambuco.  
OSNIR CALIXTO – Assessor de imprensa do Deputado Pedro Wilson, PT de Goiás.

SUMÁRIO: Seminário *Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do DF e Entorno.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há falhas na gravação.



**O SR. APRESENTADOR** - Pedimos a todos que se encontram no *hall* do auditório que entrem e tomem seus lugares, para darmos início a mais um dia deste Seminário.

Lembramos, ainda, a importância de desligarem os sinais sonoros dos telefones celulares. (*Pausa.*)

Bom-dia a todos. Em continuidade ao Seminário Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e Entorno, teremos agora um debate sobre o tema Gestão e Governança.

Para coordenar a Mesa, convidamos a Assessora da Diretoria de Gestão da CODEPLAN, do Distrito Federal, Heloísa Azevedo. (*Palmas.*)

Na condição de palestrantes, convidamos, para compor a Mesa, a Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Paula Ravanelli Losada (*palmas*); o Coordenador Geral da RIDE, Carlos Henrique Menezes Sobral, do Ministério da Integração Nacional (*palmas*); e, por último, o Gerente da Mesorregião de Águas Emendadas, Agnaldo Moraes da Silva, também do Ministério da Integração Nacional (*palmas*).

Passo a palavra à Sra. Coordenadora, Heloísa Azevedo.

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Bom dia a todas e a todos.

Nesta manhã, temos o prazer e a honra de receber a Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Sra. Paula Ravanelli Losada, que sempre tem estado presente nos debates sobre esse tema, desde a concepção, a elaboração e regulamentação da Lei de Consórcios.

Agora ela acompanha a implementação desses consórcios. Temos curiosidade de saber como está sendo essa implementação; quais são as dificuldades para um consórcio tornar-se público; e como se dá a adaptação à nova lei. Também gostaríamos de ouvir as sugestões para nossa região.

Em seguida, o Dr. Carlos Henrique, Coordenador Geral da RIDE, vai nos falar sobre as experiências na RIDE, desde 2001, e, principalmente, o que nos aguarda, uma vez que a gestão da RIDE, enquanto instituição, passará a ser pela SUDECO. Existe uma expectativa do auditório sobre isso.

Por último, ouviremos o Dr. Agnaldo, Gerente da Mesorregião de Águas Emendadas falar sobre sua experiência, sobre as questões mais prementes e sobre o que está sendo discutido com relação ao destino e à gestão da Mesorregião.

Peço, portanto, à Sra. Paula que inicie sua apresentação, que será em *powerpoint*, para a qual ela disporá do tempo de 20 minutos.



**A SRA. PAULA RAVANELLI LOSADA** - Bom, enquanto eles preparam a apresentação do *powerpoint*, quero, primeiramente, dar bom dia a todos vocês e agradecer pela presença e pelo convite que foi feito à Subchefia de Assuntos Federativos, para participar deste seminário.

A SAF — sigla do departamento onde trabalho — é uma equipe que presta assessoria ao Presidente da República nas relações federativas, ou seja, com Estados, Municípios e o Distrito Federal. Nessa equipe, procuramos desenvolver, em todo o País, um trabalho de fortalecimento dos instrumentos de cooperação federativa, um deles, a Lei dos Consórcios. Isso serve bem aos propósitos do que está sendo discutido neste Seminário: a integração de agenda entre os entes federativos que compõem o território de influência do Distrito Federal.

Vou me dirigir ao púlpito para poder acompanhar a apresentação juntamente com vocês. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Pediram-me para falar um pouco sobre os instrumentos de cooperação federativa, em especial, aquele a que chamamos de consórcio público.

O instituto do consórcio público está regulamentado pela Lei nº 11.107, de 2005. Sou advogada, mas vou tentar não fazer uma apresentação muito jurídica. De qualquer forma, temos que falar sobre essa lei. Ela diz como formar o consórcio, a que regime jurídico ele está subordinado, etc. Por sua vez, ela foi também regulamentada por um decreto, o de nº 6.017, de 2007, que completa, digamos assim, o marco legal dos consórcios públicos no Brasil.

Gosto sempre de começar minha apresentação fazendo análise do que é o federalismo no Brasil, porque não temos muita consciência disso. Em primeiro lugar, a forma federativa de governo não é hegemônica no mundo. A maioria dos países são Estados unitários, entre eles, aqueles mais tradicionais, a exemplo da França e da Itália. Dos mais de 150 países filiados à Organização das Nações Unidas, oitenta e pouco por cento deles, são Estados unitários. Apenas 28 países escolheram a forma federativa de governo e dividiram-se em unidades autônomas. Temos isso como algo muito comum porque são países grandes e muito fortes no jogo político internacional.

O primeiro desses países é o Estados Unidos. Foi ele que inaugurou essa forma moderna de organização do Estado e tornou-se um país federativo. Mas, por que ele fez isso? Ele tinha um processo de colonização diverso do nosso, lá havia 13 colônias da Inglaterra. Então, quando foi constituído o país, essas colônias, que já eram independentes,



quiseram preservar a autonomia: Ou seja, elas viam a necessidade de se tornarem um país, mas queriam preservar a autonomia que tinham. Então, criaram esse modelo, o federativo.

Isso acabou inspirando outros países, principalmente aqueles de grandes dimensões territoriais. O Canadá, a Austrália e, na América do Sul, a Argentina, o Brasil e a Venezuela e todos os nossos vizinhos são Estados unitários, não são federativos.

Quero dizer, com isso, que a forma federativa já é uma configuração especial. É diferente. Às vezes, importamos muito as idéias: o consórcio na Itália funciona desse jeito, é superfácil; o consórcio na França... Mas, vejam, ao falarmos em consórcio na Itália e na França, estamos falando de países unitários, em que as regiões não têm autonomia. Lá se pode criar unidades territoriais e administrativas, porque elas são quase departamentos de uma estrutura única de Estado, porque ele é unitário.

Esse modelo federativo, como eu disse, nasceu para preservar as diferenças, a autonomia das regiões. Ele tinha esse cunho muito forte: “Não invada a minha competência, que eu quero preservar” Inclusive, a constituição que definia o pacto federativo, tenha o seguinte objetivo: “União, você não pode invadir as competências das regiões”. Isso é o que chamávamos de federalismo dual, porque preservava o dualismo: o que é seu e o que é meu.

Ocorre que, em função da evolução do Estado moderno, da globalização das economias nacionais, o governo central foi forçado a exercer um papel cada vez mais preponderante. Isso se deu especialmente na primeira crise econômica, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Logo depois, inaugurou-se um novo tipo de Estado, o Estado do bem-estar social, um Estado interventor na economia, um Estado mais forte. Ele passou a regular a economia porque entendeu que ela, sem regulação, entrava em crise. Por outro lado, todos vimos o que a má regulação dos Estados Unidos fez, pois estamos vivenciando hoje uma crise internacional.

Esse novo papel do Estado exige nova configuração do federalismo, porque, no federalismo dual, a União nada podia, não tinha competência para intervir na economia das regiões, para definir impostos sobre importação e exportação, para aumentar ou baixar juros.

Assim, foi preciso redesenhar a estrutura federativa, de forma que as regiões cooperassem mais entre si. Essa cooperação se dá justamente no fato de que um pode interferir na competência que, a princípio, era do outro, pois as competências passaram a ser comuns.

O Estado moderno hoje não trabalha mais com essa ideia de federalismo dual, no qual cada um tinha sua competência e não interferia no problema do outro. Ele trabalha



com a ideia de federalismo cooperativo. Essa mudança de papel do Estado foi de caráter mundial. Então, hoje trabalhamos com a ideia do federalismo cooperativo.

Nessa nova concepção de federalismo, que é o federalismo cooperativo, os entes da federação têm que cooperar entre si, têm que se articular, têm que fazer parcerias e trabalhar juntos. Portanto, há necessidade de articulação, que pode ser negativa ou positiva. À negativa, chamamos de princípio da solidariedade e, à positiva, de princípio da colaboração.

No princípio da colaboração, existem várias formas de colaboração. Há colaborações no sentido estrito, como, por exemplo: “Faço um convênio com você e, então, tenho que agir, tenho que cumprir minhas obrigações para que você possa cumprir as suas, porque, senão, aquela coisa que nos propusemos a fazer juntos não acontece.”

Existe também a coordenação federativa, que é atuação conjunta compulsória, e a cooperação federativa, que chamamos de atuação conjunta voluntária. A diferença entre uma e outra está na obrigatoriedade.

Faço questão de explicar isso porque estamos, neste Seminário, discutindo duas formas de cooperação: uma, que é cooperação mesmo, no sentido voluntário, que tem o consórcio como instrumento; e outra, a coordenação, que se aplica às regiões metropolitanas e que não podemos instituir aqui.

O que é uma região metropolitana? É um instrumento igual a um consórcio. Mas é um instrumento em que se delimita um território de forma compulsória. Então, aquelas pessoas — no caso, os Municípios, que são os Governos locais desse território — não têm escolha. Eles têm de trabalhar juntos. A lei complementar que institui a região metropolitana obriga-os, compulsoriamente, a trabalharem juntos. Essa competência, até 1988, era da União. Então, a União instituía as regiões metropolitanas de acordo com um plano nacional de desenvolvimento do País. Ela definia que regiões, por terem uma área de influência forte, cidades polos e cidades do entorno, estão “conurbadas”, compõem uma única cidade, apesar de serem vários Municípios diferentes. Elas têm de trabalhar juntas para que as coisas funcionem — ou seja, o sistema de transporte, o sistema de planejamento urbano, o sistema de saneamento e tantos outros serviços que estão ligados ao território, ao desenvolvimento urbano. E, como é uma única cidade, as pessoas se mobilizam, as pessoas usam todos os serviços. Dentro daquele território maior, elas têm de estar harmonizadas, articuladas.

Esse instrumento era da União até 1988. No processo de descentralização do País, que foi consolidado com a nova Constituição de 1988, essa competência passou a ser dos Estados. Então, quem pode instituir região metropolitana é o Estado, por lei complementar.



Passou a ser um instrumento de coordenação federativa dos Municípios, dentro de um mesmo Estado. Não existe região metropolitana entre Estados diferentes, entre Municípios de Estados diferentes, porque é uma competência estadual. Então, eles só podem fazer isso dentro... E é uma competência forte limitar a autonomia do Município. *“Olha, agora você vai ter de fazer desse jeito. Vai ter de trabalhar junto”*. Ela é tão forte que tem sido muito questionada, discutida.

Ainda estão pendentes no Supremo Tribunal algumas ações de inconstitucionalidade que foram impetradas diante de dispositivos, seja da Constituição Estadual da Bahia, seja de uma lei cumprimentar lá do Rio de Janeiro, que instituíram regiões metropolitanas e compulsoriamente obrigaram os Municípios a trabalhar juntos. Mas, ao fazer isso, eles assumiram para si os serviços que, a princípio, eram de competência municipal. É o caso, principalmente, do saneamento. Isso ainda está em discussão no Supremo, mas a tendência dos Ministros — dos que deram votos até agora — é no sentido de reconhecer que o Estado, ao instituir a região metropolitana, pode obrigar os Municípios a trabalharem juntos, mas não pode tomar para si as competências que, a princípio, são municipais.

Outra forma de articulação é a cooperação federativa.

Existem várias formas de cooperar. Cooperar é uma atuação voluntária. Então, depende da vontade dos entes. Eles não são obrigados a trabalhar juntos, mas podem trabalhar juntos de diversas formas, desde as mais informais — é o caso das reuniões. Quando os Governadores se reúnem para discutir determinados pontos, uma pauta comum, uma agenda comum, estão cooperando entre si. É uma forma de cooperação federativa, só que informal.

Nós temos os convênios e os consórcios administrativos. Eu quero frisar bem esse aspecto, porque o termo “consórcio” é usado para muitas coisas. Cito, para começar, o consórcio comercial, o consórcio para comprar casa, o consórcio para comprar carro. Isso é um consórcio. Nós estamos falando de um outro consórcio, que não tem nada a ver com esse. Assim como o termo da agência, ele é usado para indicar nome para pessoas jurídicas, para instituições que têm uma natureza jurídica muito diferente.

Então, tentando fazer uma classificação, eu diria que, quando um Município faz um convênio com outro Município, a doutrina administrativa convencionou chamar esse convênio de consórcio. É o consórcio administrativo.

Então, toda vez que se firma convênio entre pessoas iguais — Estado com Estado, Município com Município —, o Direito Administrativo chama de consórcio administrativo. E qual a natureza jurídica desse pacto entre Estados ou Municípios? Continua sendo um convênio.



Existe uma grande diferença entre convênio e contrato. Convênio é uma associação de interesses comuns. Assim, eu posso me juntar a alguém para realizar alguma coisa. À medida que não há mais interesse, desfaz-se esse convênio. Não importa o que está escrito lá. Por exemplo, prazo de 5 anos. A qualquer momento, pode-se renunciar ao convênio. Trata-se de uma proteção constitucional. Ninguém é obrigado a continuar a parceria com o outro. Isso é um princípio do Direito, do ordenamento jurídico civil, e de todos que adotam esse tipo de ordenamento.

O convênio tem natureza precária, porque ele depende da vontade. Eu faço a minha obrigação, que está prevista no convênio, mas o outro não está obrigado a cumprir a dele. Ele só estará obrigado se tiver o mesmo interesse. E é esse interesse que justifica a associação.

Embora o contrato possa parecer que é a mesma coisa, porque é um ato bilateral, tem natureza bem diferente do convênio, porque os interesses das partes do contrato são opostos, eles não são iguais. Quando contrato alguém para prestar um serviço, não quero trabalhar junto com a pessoa executando o serviço. Eu quero que ela faça o serviço e vou pagá-la por isso. E a pessoa que está fazendo o serviço também não quer me pagar, mas fazer o serviço e receber por ele. O interesse da pessoa que presta serviço é receber o dinheiro, e daquele que contrata, obter o serviço. Vejam que são interesses opostos. E, como são opostos, quando um faz a obrigação dele, o outro está obrigado a fazer a sua. Mas posso rescindir o contrato de serviço? Posso, mas vou ter de pagar tudo o que o outro já trabalhou ou vou ter de indenizá-lo. Posso, porém, romper o contrato. Não estou obrigada a continuar no contrato, mas vou ter de pagar ou indenizar o outro pelas obrigações cumpridas em nome daquele contrato. Isso é o que difere o contrato do convênio. No convênio, as partes trabalham juntas. E, a qualquer momento, podem desfazer a parceria.

Essa diferença teórica entre contrato e convênio é muito importante para entendermos a natureza jurídica do consórcio, porque esse consórcio administrativo que costumávamos fazer, principalmente os Municípios, é convênio, não se trata de contrato. Por isso, havia muita instabilidade jurídica. Quando mudava o Prefeito, ele não queria mais fazer essa ação conjunta, pois não tinha personalidade jurídica própria. Ele é um convênio, mas tem o nome de consórcio.

Há outras formas de cooperação. A participação em órgãos colegiados de outros entes, como é o caso dos conselhos, por exemplo, o Conselho das Cidades. A participação de Estados e Municípios é também uma forma de cooperação. Temos ainda as empresas, os consórcios de Direito Privado e os consórcios públicos. Esse arranjo convenial entre Estados e Municípios, que era um convênio foi chamado de consórcio administrativo, teve



um limite. Na década de 80, eles diziam o seguinte: “Eu preciso ter uma pessoa jurídica, porque preciso comprar uma máquina em nome de uma pessoa jurídica. Como faço?”. Não existia um marco legal, um fundamento jurídico adequado. Então, eles se socorreram do Direito Civil e formaram uma associação civil sem fins lucrativos. Isso, então, passou a ser conhecido como consórcio de Direito Privado. Trata-se de algo até meio esquizofrênico, porque são entidades públicas que, ao se associarem, constituem uma entidade de Direito Privado, que é a mesma coisa de uma organização não governamental. Associação civil sem fins lucrativos é popularmente conhecida como uma ONG. Como duas Prefeituras se juntam e formam uma ONG? Dois Governos formam uma organização não governamental? Do ponto de vista jurídico, isso era meio estranho e causava muitos problemas, porque o consórcio de Direito Privado dizia assim: “Eu sou uma associação civil. Então, eu não tenho de fazer licitação, não tenho de fazer concurso público, as regras que eu tenho de cumprir são as regras de Direito Civil”. Ele, porém, está administrando recurso público. Os Tribunais de Contas disseram que se tratava de recurso público. Portanto, era preciso fazer licitação. Isso gerou muito conflito jurídico no sentido de não se saber que procedimentos deveriam ser seguidos na administração desse recurso público. Esse consórcio tinha também limitações. A atividade de fiscalização, por exemplo, é típica do Estado. Assim, não se pode delegar essa atividade para uma entidade de Direito Privado, ainda que ela seja formada por grupo de Municípios ou por conjunto de Estados. O consórcio de Direito Privado tinha esses limites.

Esses problemas foram analisados pelo Governo Federal em 2003. E constituímos um grupo de trabalho com o intuito de criar um marco legal adequado para esse tipo de associação pública entre Municípios e Estados, a fim de dar segurança jurídica para os acordos firmados que tivessem natureza contratual. Quando um Município cumprir a sua obrigação, o outro tem de cumprir a dele. Caso contrário, ele pode ser cobrado judicialmente pelo não cumprimento, porque não tem a natureza de convênio.

O consórcio é um dos instrumentos de cooperação e não anula os outros. É possível continuar fazendo consórcio administrativo, que é o simples convênio, e continuar fazendo consórcio de Direito Privado, mas é preciso se conformar com as limitações existentes nesse tipo de instituição. A nova lei traz a possibilidade de se fazer um consórcio público. Ela trouxe um novo instrumento que está à disposição dos gestores para desenvolverem atividades que, até então, não eram permitidas com esses outros instrumentos de cooperação federativa.

Vou pular a parte constitucional, mas a sua finalidade é mostrar que a idéia do consórcio público como associação pública não é nova no Brasil. Aparece nas Constituições





em vários momentos de nossa História. Ela, porém, nunca foi efetiva enquanto política pública da União, do Governo Federal. Por quê? Porque o Brasil fica sempre oscilando entre momentos de maior descentralização e maior concentração. Toda vez que o Estado concentra poderes, para ele não é interessante que os órgãos subnacionais, os Estados e Municípios, se associem, porque dessa maneira eles ficam mais fortes. Há um empoderamento natural. Uma coisa é o Município negociar com a União, outra coisa é um conjunto de Municípios que representa uma população muito maior, um número de eleitores muito maior. Outra coisa é um conjunto de Estados. Temos uma tradição muito centralizadora devido ao regime militar e outros regimes ditatoriais que vivemos, como o Estado Novo, que nos impediram de desenvolver esse mecanismo de cooperação federativa.

A Constituição de 1988 trouxe um novo marco, o marco da democratização, da descentralização, e consagrou esses princípios. Ela trouxe com força a idéia de flexibilização do federalismo, permitindo que os entes da Federação pudessem trabalhar juntos de forma mais estável e segura, criando relações contratuais entre si, relações que são protegidas pelo regime jurídico de Direito Público. Uma das novidades também trazidas pela Constituição foi o reconhecimento do Município e do Distrito Federal como entes federativos. Até então, não havia esse reconhecimento, eles não tinham autonomia.

Falo agora da cooperação federativa entre Municípios que têm autonomia — e autonomia quer dizer autonorma, ou seja, que faz as próprias normas. Temos de respeitar as normas dos Municípios, as leis municipais, bem como as normas do Distrito Federal, as leis distritais.

Antes da Lei nº 11.107, a única menção aos consórcios públicos estava na lei que instituiu o Sistema Único de Saúde, porque a concepção do SUS era justamente da cooperação federativa. Cada ente da Federação tem a sua responsabilidade, mas eles têm de trabalhar juntos, integrando o sistema para atender ao direito do cidadão à saúde. Eles têm uma divisão de atribuições dentro do sistema. E, para regionalizar esse sistema, foram concebidos os consórcios, mas, à época, eram consórcios administrativos que tinham natureza precária, como anteriormente dito.

Em 2001, o IBGE indagou aos Municípios se eles eram consorciados ou não — e esse é o único registro a respeito do tema. Vemos que, mesmo não tendo marco legal adequado, não tendo um fundamento jurídico adequado para o consórcio, era um convênio. Havia quase 2 mil Municípios consorciados só na área da saúde. A Constituição não foi clara em relação aos consórcios, mas criou um novo modelo federal, uma Federação trina, reconhecendo a autonomia e descentralizando a competência para o Governo local. Para a



criação do consórcio, foi necessária uma emenda constitucional — a Emenda Constitucional nº 19, que altera o art. 241 da Constituição, que prevê expressamente os consórcios públicos e os convênios de cooperação. Esse é o fundamento constitucional. Que novidade esse fundamento constitucional nos trouxe? A possibilidade de haver uma cooperação vertical e horizontal. Os consórcios, até então, eram administrativos, e os consórcios de Direito Privado só poderiam ser feitos entre pessoas da mesma natureza: Município com Município; Estado com Estado. Não era permitida a associação entre Estado e Município para fazer competências diferentes. A Constituição trouxe essa delegação, permitindo a associação vertical e a delegação de atribuições do Estado para Município e do Município para o Estado, o que nos trouxe uma flexibilidade muito interessante. Isso fica muito claro, por exemplo, na área de transporte, porque as competências para o transporte urbano são repartidas entre União, Estado e Município. A União é competente pelo transporte interestadual, o Estado pelo transporte intermunicipal e o Município pelo transporte urbano, dentro do seu território. Mas, se estou aqui no Distrito Federal, onde as pessoas têm necessidade de mobilidade urbana de um Município de Goiás para o Distrito Federal, que tipo de sistema usar? Preciso usar o sistema municipal, o sistema interestadual e o sistema distrital, que faz as vezes do Estado. Vejam que são 3 sistemas diferentes que antes não se podiam conciliar, porque esses entes não podiam delegar suas atribuições para um outro que não fosse seu igual. Hoje isso é permitido por meio do consórcio. Portanto, posso criar um sistema de transporte urbano do DF que compreenda também os sistemas de transporte municipal das cidades do Entorno e interestadual entre o DF e Goiás, por exemplo, desde que eu tenha um consórcio público e para o qual todos esses entes que seriam os seus sócios deleguem suas atribuições.

Outra novidade trazida por esse dispositivo é a possibilidade do convênio de cooperação entre entes federados. Isso difere do convênio de cooperação que costumamos ouvir, ou seja, aquele convênio de natureza precária. Da lei que regulamentou os consórcios, é possível entender que consórcio público e convênio de cooperação, como se prestam às mesmas finalidades, têm de ter natureza contratual. Essas coisas ficam meio confusas, porque chamamos vaca de camelo e camelo de vaca. Dizemos que o consórcio administrativo é um convênio; agora, esse convênio aqui é um contrato. Eles têm natureza jurídica diferente, apesar de os nomes serem iguais.

O convênio e o consórcio público têm natureza jurídica contratual, ou seja, um regime que os constitui, como vou mostrar. Para que eles servem? Justamente para gestão associada de serviços públicos e para transferência total ou parcial dos encargos que já mencionei: serviços, pessoal e bens. Então, é possível transferir para o consórcio servidores



públicos, servidores municipais, servidores estaduais, servidores federais. Se esses entes forem sócios de um consórcio, todos esses funcionários públicos podem trabalhar juntos, subordinados à direção do consórcio, cedidos para o consórcio, qualquer que seja o tipo. Essa permissão decorre de emenda à nossa Constituição. E estou lendo os termos dessa emenda.

Quero ainda ratificar a questão da lei. O que a lei trouxe de novidade? Tudo isso que eu disse está escrito na Constituição. Não está escrito na lei. A novidade da lei foi estabelecer o regime jurídico dos consórcios.

Existia uma divergência de concepção que teve de ser conciliada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O Governo Federal, ao propor o projeto de lei regulamentando os consórcios, entendeu que a melhor forma de o consórcio se constituir seria como associação pública. Portanto, uma autarquia, uma pessoa jurídica de Direito Público. Já existia no Congresso, porém, projeto de lei que reconhecia o consórcio como entidade do Direito Privado, que era a realidade que se conhecia, especialmente dos consórcios de saúde. Esses dois projetos tiveram de ser conciliados, e a Lei nº 11.107 permite as duas hipóteses. Os entes da Federação, ao se associarem, escolhem se querem ser uma associação pública ou privada. A diferença é que a associação pública tem algumas competências que a associação privada não tem. Entre elas, estão os serviços de regulação e fiscalização de serviços públicos, porque são atividades típicas do Estado. O consórcio privado não pode estabelecer regras para outro privado, mas o Estado pode. Dessa forma, o consórcio teria de ter natureza de associação pública, que é a natureza autárquica.

Por outro lado, do ponto de vista tributário, também difere um pouco. As associações públicas têm imunidade tributária; então, elas já nascem sem precisar pagar os impostos dos outros entes, enquanto as entidades privadas têm de pagá-los porque não receberam isenção. Existem, portanto, algumas diferenças, mas, do ponto de vista administrativo, elas seguem o mesmo rito, ou seja, o de Direito Público. Então, não importa que se escolha constituir consórcio de Direito Privado, porque é preciso fazer licitação, concurso público, seguir os pressupostos da responsabilidade fiscal, porque se está administrando dinheiro público, o que obriga o cumprimento das regras de administração. É necessário que se dê transparência, é necessário seguir as normas de contabilidade pública, enfim, é preciso cumprir tudo que o Estado e o consórcio têm de seguir.

Eu fico por aqui. Estou à disposição para as perguntas. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Muito obrigada, Sra. Paula Ravanelli.



Passo a palavra ao Sr. Carlos Henrique, Coordenador da RIDE.

**O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL** - Bom dia a todos.

Vou dividir a minha apresentação em algumas partes. Primeiro, vou passar um pequeno vídeo de 6 minutos de duração sobre a experiência de APLs — Arranjos Produtivos Locais — na RIDE. Depois, exibirei um PowerPoint, no qual vou fazer uma apresentação dessas APLs. E, em seguida, vou ceder a palavra ao Dr. Rubens, da Secretaria de Saúde do GDF, que falará sobre um plano de ação do colegiado de saúde da rede.

Vamos, então, ao vídeo.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL** - Agora vou apresentar um PowerPoint e dar uma explicação sobre esses recursos de 2008 e 2009 que temos no Ministério para o caso da RIDE.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Só para os senhores terem uma idéia, antes de o Ministro Geddel Vieira Lima assumir a Pasta e nós assumirmos a RIDE, a RIDE tinha um orçamento de apenas R\$1,5 milhão. Quanto ao orçamento, havia uma única emenda parlamentar, no valor de R\$350 mil, e não era sequer do Governo de Goiás, mas do Governo do Distrito Federal

Hoje, posso dizer para as senhoras e para os senhores que, em termos de orçamento e emenda parlamentar, fechamos 2008 com um orçamento executado de quase R\$30 milhões — R\$29,5 milhões, mais ou menos. A partir do momento em que o Ministro assumiu, Totó Parente se tornou Secretário e nós assumimos, partimos para um trabalho aqui dentro do Congresso Nacional. Procuramos as bancadas de Goiás, do Distrito Federal e de Minas Gerais e conseguimos fazer com que, no Orçamento de 2008, ou seja, no orçamento seguinte, já tivéssemos dinheiro executado imediatamente. E, já para 2009, em termos de orçamento, sem contar com o contingenciamento, já temos R\$70 milhões para executar este ano.

Temos algumas ações, que vou apresentar agora, em termos de capacitação, que são esses Arranjos Produtivos Locais, ou seja, a maneira mais rápida e mais fácil de chegar à ponta, aos atores locais, com desenvolvimento social e geração de emprego, e uma forma de termos infraestrutura econômica e social, que também colocamos no orçamento para este ano.

Recentemente, finalizamos uma mostra em Salvador, a primeira mostra nacional, para a qual levamos 13 mesorregiões. Para se ter uma idéia, os artesãos da RIDE que foram comercializaram em uma semana valores que eles não comercializam em 1 mês na



região. Ou seja, essa é uma parte complementar de APL em que damos condições para que eles possam vender seus produtos, além de trocarem de experiência com outras regiões.

Cristalina, cidade das pedras semipreciosas, por exemplo, pôde discutir, com pessoas do Sul, até questões relativas à maneira de comercializar e tecnologia de produção e desenho. Essa troca de experiências foi um sucesso. Houve até a participação do Presidente Lula e do Ministro. Para se ter uma idéia, em termos de vendas, eles conseguiram numa semana o que não vendem num mês.

Esta é a parte complementar em que damos assistência ao APL. Verificamos *in loco* a vocação da região, capacitamos os atores locais, oficializamos o APL de fato e damos continuidade em termos de comercialização.

Agora, vou tentar explicar cada um desses orçamentos dos convênios que fechamos em 2008.

A RIDE, para quem não sabe, foi criada por lei complementar em 1998 e possui 19 Municípios de Goiás e 3 Municípios de Minas. Como os senhores viram ontem, na apresentação do Rogério Rosso, entre esses Municípios está Unaí como um dos grandes PIBs da região, juntamente com Cristalina, Formosa e Luziânia.

Aqui são os serviços públicos comuns aos Municípios que integram a RIDE e as áreas que a compõem. Temos ações no setor de infraestrutura que vou apresentar daqui a pouco e, no caso dos APLs, geração de emprego. Temos ainda ações de saneamento básico, parcelamento do solo e transporte, ou seja, todos os itens que compõem a Lei da RIDE.

No caso dos APLs vimos no vídeo o conceito. Ou seja, *“é uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico”*. Portanto, eles mantêm vínculos de articulação, interação e cooperação, fazendo essa capacitação, com apoio de instituições locais, como Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa — SEBRAE, SENAI, Prefeituras.

Individualizando os APLs, no de Cristalina tivemos uma transferência de recursos de R\$611 mil, no qual fizemos toda essa parte de prestação, qualificação profissional e incentivo. Executamos, por meio de visitas técnicas, por exemplo, ao polo de gemas, no Rio Grande do Sul, troca de experiências. Já estamos executando lá a Feira Nacional de Cristalina, conhecida como FEACRIS, na qual fazemos a divulgação da cidade. Há esse mercado Brasília—RIDE, nacional e internacional. Hoje, por meio da FEACRIS, Cristalina já exporta pedras, principalmente para a Alemanha.

Vemos aí algumas fotos dos catálogos que temos de Cristalina.



Em Luziânia, temos um APL de fruticultura, no qual transferimos quase R\$900 mil em termos de recursos. Estamos fazendo uma plataforma de comercialização de fruticultura. Queremos transformar Luziânia num polo de fruticultura.

Para se ter idéia, levamos alguns produtores de Luziânia para os polos de Juazeiro e Petrolina, hoje, os maiores polos exportadores de frutas do País. Então, eles fizeram a tal experiência. Estamos colocando em prática essa plataforma de fruticultura. Na amostra que tivemos em Salvador já fizemos contato com produtores de João Pinheiro e Paracatu, a fim de que possam usar também essa plataforma, que será inaugurada no próximo mês em Luziânia.

Essas são as fotos, como falei, da visita a Petrolina e a Juazeiro — a marmelada de lá.

Aqui, em Pirenópolis, uma pedra de quartzito. Todos ouviram o rapaz falando de como era artesanal antes do APL. Para se ter uma ideia, no APL de Pirenópolis, vamos entrar com uma segunda parte. Vamos colocar uma máquina de triturar pedras para virar areia. Numa pedreira, quando tiram pedra, o rejeito fica em cima de lugares com produção, com pedra. Então, isso estava impactando. Vamos transformar aquele rejeito que não vale para nada em areia. Já vai virar comércio e fará com que o espaço que estava impactando possa ser explorado, porque se comercializada a pedra, se tirava o rejeito e não tinha lugar para jogá-lo, ele ficava impossibilitando novas explorações no terreno. Vamos transformar essa pedra em areia para fazer com que o terreno possa ser explorado. Eles já estão exportando também.

Era tudo feito de modo artesanal, manual, antes do APL e, para quem não sabe, hoje, a pedra de quartzito em Pirenópolis movimenta mais que o próprio turismo em termos de valores absolutos.

Vemos aqui o Novo Gama, onde hoje já estamos na segunda etapa. Essa foi a primeira etapa em que fizemos um APL de vestuário. Finalizamos essa etapa e já estamos agora numa segunda, com mais 400 costureiros, 400 mães de famílias se capacitando no APL de vestuário do Novo Gama.

Já transferimos mais de 600 mil reais para Valparaíso. Também já finalizamos essa parte, vamos partir agora para uma segunda etapa. Já estão disponíveis nesse orçamento 400 mil reais para a segunda etapa de Valparaíso. Fizemos já uma feira em Valparaíso mostrando esses móveis. Levamos também agora para a mostra de Salvador. A próxima etapa é transformar esse APL num *site*, porque, diferentemente de outros produtos, não há como ficar toda hora transportando móveis para divulgar. Com o *site*, eles estarão na Internet para qualquer lugar do mundo comercializar.



Águas Lindas e Pirenópolis também. Essa aqui foi uma capacitação em termos de equipamentos de autosserviço — aquela parte que eu falei de ter máquinas para informatizar, colocar mais rápido a produção local, porque antigamente era tudo manual.

Vemos aqui foi um recurso de 1 milhão e 320 mil, que repassamos para os assentamentos de Formosa — esse recurso era para comprar 11 tratores. Porém, na licitação que eles mesmo fizeram, conseguimos comprar 12 tratores.

Esse, um convênio que fizemos com a Prefeitura de Formosa. Porém, quem utiliza os tratores são as associações de assentamentos da reforma agrária. O trator foi transferido pelo Ministério de Integração Nacional por meio de um convênio, mas o óleo *diesel* é mantido pelo INCRA. Para se ter uma ideia, eles que fizeram as normas internas, ou seja, cada assentamento tem seu trator. Se qualquer pessoa for usar o trator, tem que pagar o aluguel; são eles quem fazem a parte de comercialização, de manuseio dos tratores. Eles cuidam como se fosse deles. Não permitem que ninguém utilize esse trator. Vai fazer um ano, tudo bem, está na garantia, mas nunca foi quebrado um trator, porque eles sabem da necessidade. Podem dizer que nos assentamentos há brigas, discussões, mas eles têm toda uma norma para usar os tratores. Isso faz com que, juntamente com o Ministério, que fez o convênio, e o INCRA, que mantém esse óleo *diesel*, eles possam ter hoje uma produção que também era totalmente manual. Ou seja, pegar um trator e colocar num assentamento com dezenas de famílias e fazer com que essa produção saia do manual para a máquina...

Esse está complementando aquele outro de capacitação para assentamentos que foi além de Formosa, Padre Bernardo, Água Fria, Planaltina e Cristalina.

Aqui, a mandiocultura que fizemos em Cristalina, Luziânia e Planaltina, no valor de 560 mil reais, fazendo a construção de uma fábrica de fécula.

APL de Águas Lindas — para onde transferimos 355 mil. Estamos partindo agora também para a segunda etapa.

O APL em Cidade Ocidental também, no valor de 70 mil reais, está finalizado. Hoje já está na parte de comercialização.

Um milhão de reais foi disponibilizado para conclusão dos ZEEs da RIDE, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente, isso já está concluído — temos mapas, no nosso *site*, disponível para qualquer pessoa.

Essas são fotos dos APLs: APL de pecuária leiteira em Buritis — já é um convênio. Estamos saindo de Goiás e entrando em Minas, recurso de 590 mil de convênio que firmamos com a Prefeitura de Buritis.



Entramos na parte de convênios de 2008, como falei antes da apresentação. Antes de 2008, tínhamos apenas 1 milhão e meio de limite orçamentário e uma emenda parlamentar de 350 mil reais. Hoje, se somarmos isso aqui, teremos em torno de 29 milhões e meio de reais de recursos. Ou seja, em 2008, transferimos para Padre Bernardo 100 mil reais para comprar um trator; Corumbá, 100 mil reais; Cidade Ocidental, mais uma; Luziânia, 7 — as 5 se transformaram em 6, devido à licitação. Corumbá também mais 1 trator e Novo Gama, um trator. Só em termos de tratores para a região da RIDE, temos 6 cidades diferentes.

Em termos de capacitação, aquela segunda etapa que falei do APL de confecção, 200 mil reais. Luziânia, esses 200 mil reais aqui faremos uma capacitação em Jardim Ingá, que é uma região, para quem não conhece, de 100 mil habitantes, na qual há um índice de violência muito alto. Para se ter uma idéia, não há uma agência bancária e estamos fazendo essa capacitação para ex-drogados e ex-presidiários. Ou seja, faremos com que essas pessoas que, por um motivo ou por outro, tenham sido carimbadas na sua vida por um deslize, sejam ressocializadas. Vamos capacitar as mulheres em manicure, pedicure, costureira; os homens, em mecânicos, pedreiros, tratoristas, e fazer um acompanhamento juntamente com o Governo do Estado e Prefeitura, para que eles voltem ao mercado de trabalho.

Quatrocentos mil reais — a parte mais importante que eu poderia falar. É outro tipo de convênio que estamos fazendo com Luziânia, para capacitar os fornecedores. Ontem, aqui, o próprio Secretário de Formosa estava reclamando, porque, às vezes, ele não vende em Brasília. Fora a barreira tributária, que hoje é o principal gargalo para que esses produtos do Entorno ou de qualquer lugar do Brasil. Todo mundo quer entrar no mercado de Brasília, por ter a maior renda *per capita* do Brasil — fora essa questão da barreira tributária, que dá para ser resolvida agora na reforma tributária, precisamos também capacitar.

O Exército de Formosa compra o pão em Brasília. Por quê? Será que não tem padaria em Formosa? Tem. Só que nenhuma foi capacitada e nem sabe como fazer uma licitação pública. Às vezes, não é nem por questão de não ter documento, é por não saber participar de uma licitação pública. Então, com esse valor de 400 mil reais, haverá um lançamento no dia 15 de abril, em Luziânia, no qual vamos selecionar as 45 empresas maiores consumidoras da região, tipo Friboi, Bunge, a Prefeitura, Governo do Estado, Exército, para saber onde está sendo a compra do prego, do vestuário, porque não se está comprando na região. É por questão de tecnologia, de qualidade ou de preço? Vamos entrar agora com a capacitação para esses fornecedores, dar um certificado para os que foram capacitados, a fim de serem fornecedores de uma empresa de porte como essas que citei,





para que, também, além de uma ponte com essas grandes empresas, possam vender em Brasília e outro mercado.

Finalizando, Valparaíso — a segunda parte do moveleiro.

O CAJE, todos sabem, seria tipo a antiga FEBEM. Também estamos capacitando detentos do semiaberto, além de pai e mãe.

Bom Viver Cidadão é uma organização de Samambaia. Estamos fazendo com que meninos tipo escoteiros tenham noção de inglês e informática, para ocupar o tempo. Ou seja, pela manhã, estão na escola e, na parte da tarde, têm esse curso.

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Carlos Henrique, conclua por favor.

**O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL** - Finalizando, feira coberta de Planaltina de Goiás. Aqui, pela primeira vez, a RIDE transfere recurso para o GDF — até então não tinha nenhum recurso — para pavimentação asfáltica; ou seja, asfalto em Pirenópolis, Buritis, Cabeceira Grande, Luziânia e Valparaíso, mais a feira de Sobradinho.

Deixo o meu *e-mail* e o meu telefone.

Se fosse possível, o Dr. Rubens falaria por 5 minutos.

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Na verdade, o tempo foi excedido. De quanto tempo o Dr. Rubens precisa? O Dr. Rubens vem fazendo um trabalho de mobilização nos Municípios do Entorno. A Secretaria de Saúde faz um trabalho de liderar, de mobilizar os Municípios. Isso tem ajudado inclusive na definição de aplicação de recursos para a saúde. Emendas parlamentares têm se norteado por esses fóruns que ele organiza.

Então, por favor, tem a palavra o Dr. Rubens por 5 minutos.

**O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL** - Estamos participando dessa ação do colegiado da saúde do Dr. Rubens. Juntamente com o Estado de Goiás e Minas, ele já finalizou esse diagnóstico, entregamos para o Ministro Geddel Vieira Lima, que automaticamente acionou o Ministro Temporão, a quem entregamos em mãos — estamos na fase de execução.

Desculpe-me ter excedido o tempo, mas pelo menos deu para mostrar que, em termos do Ministério, da RIDE, temos algumas ações aqui no Entorno.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Obrigada.

**O SR. RUBENS** - Bom dia a todos.

Obrigado pelo espaço que me estão oferecendo.

Procurarei fazer uma apresentação extremamente objetiva. A quantidade de eslaides talvez seja grande, mas vou passar rapidamente por eles.



Vou falar da experiência de quem ficou por 3 anos como Secretário-Adjunto de Saúde do Distrito Federal, e por 2 meses como Secretário de Saúde, convivendo há 6 anos com a RIDE, tentando implantar uma estrutura nessa região.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Então, eu gostaria de passar o primeiro eslaide. Todos conhecem bem a região, não preciso dizer: nós somos essa área do centro, cercada por 22 Municípios.

A COARIDE está ligada ao Ministério da Integração Nacional, e dentro desse princípio de ações para essa região para desenvolvimento a saúde é um ponto crítico nessa região.

Dentro dessa perspectiva, em 2003, criou-se o grupo gestor da saúde na RIDE, coordenado pelo Ministério da Saúde. Dentro da sua ação, por meio de uma resolução da COARIDE, foi então oficializado esse grupo que tinha a missão de fazer o primeiro plano integrado de saúde para a região. Esse plano foi feito, e é o primeiro plano. E por que eu trouxe os dois? Daqui a pouco vou falar.

Bem, de 2003 a 2006, houve muitas reuniões e poucas ações. Em outubro de 2006, fizemos uma Carta de Brasília e Entorno, na qual houve participação do Ministério da Saúde, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais com Secretários e Governadores de cada uma dessas entidades federadas e a participação do Ministério. Nela, havia uma proposta de um plano de ação para essa região na área de saúde.

Em 2006, o Ministério da Saúde, por meio do Pacto pela Saúde, define que em regiões como a nossa deve existir um colegiado de gestão regional. Criamos então o Colegiado de Gestão Regional, que tem como composição os Secretários Municipais de Saúde de todos os Municípios que compõem a rede; todos os Secretários Estaduais de Saúde — Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal; e cada diretor de saúde das regionais de saúde do Distrito Federal. Ou seja, todos os gestores de saúde dessa região participam desse colegiado, e as decisões são consensuadas. Não há votação, há consenso.

Esse é o símbolo do colegiado. Esse colegiado elaborou o segundo plano de ação. De 2008 a 2010, fase a fase — pegando desde saneamento básico, atenção primária a saúde, média complexidade, alta complexidade e leitos de UTI —, mapeou todo investimento, em cada um desses segmentos, nos 22 Municípios e no Distrito Federal.

Entendemos que esse documento é uma carta de navegação, posto que, para se ter uma ideia, na nossa última reunião em fevereiro, em Luziânia, tivemos participação de todos os representantes do colegiado. Dos 22 Municípios, 19 tinham trocado seus Secretários Municipais. Ou seja, se cada Secretário que chega vai reinventar roda, votamos cada vez 5 anos para recomeçar o trabalho.



Esse trabalho que já foi feito e consensuado permite que não se tente reinventar coisas que são processos, que têm de ter começo, meio e fim. A saúde atrasa muito suas ações porque se reinventa novos caminhos, quando muitos já estão minimamente trilhados.

Nesse caso, o plano de ação foi entregue ao Ministério da Integração Nacional, que se mostrou excepcional parceiro nessa jornada. Junto com o Carlos Henrique, estivemos no Ministério da Saúde e entregamos ao Ministro José Gomes Temporão. Com esse encaminhamento, esperamos efetivamente criar condições de investimento nessa região. A palavra principal chama-se “investimento nessa região”.

Muito bem, esse plano foi elaborado por câmaras técnicas de atenção primária, média e alta complexidade, regulação, projetos de educação em saúde, equipes do Ministério da Saúde, equipes da sedes de Goiás e Distrito Federal e todas as Secretarias Municipais de Saúde do Entorno Sul, Entorno Norte, Pirineus e Unai.

Tivemos apoio da Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília, Fundação de Ensino e Pesquisa — de onde temos a Escola de Medicina, na qual sou diretor —, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde — CONASEMS e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde Estaduais — CONASS.

Bem, nesse plano de ação, há uma análise situacional da RIDE, um plano diretor de investimento para atenção primária, média e alta complexidade e estruturação de toda a rede de assistência, programas de educação e saúde e investimentos necessários.

Muito bem. Como estão os indicadores de saúde nessa região? Aqui acho que vale uma reflexão, se me permitem. Quais são as principais causas de internação? Gravidez parto puerpério, 46%; doenças do aparelho respiratório, 13%; circulatório, 11%; doenças do aparelho digestivo, 7,6%; genito-urinário, 7,7%.

Em 2 Municípios, os partos de mães de até 19 anos totalizam 41% no Município. E a gravidez na adolescência gera problemas de saúde, em muitos casos, e desestruturação familiar, culminando, num futuro próximo, com uma completa desestruturação do contexto familiar.

Mortalidade hospitalar. Vila Boa, 80% são de causas externas, muitas delas relacionadas à criminalidade.

Mortalidade infantil. Enquanto o Distrito Federal tem 13,2% de mortalidade na área infantil por mil habitantes, Cocalzinho tem 28,1%.

Atenção à saúde. Atenção básica. A situação atual dos indicadores de saúde dos Municípios da RIDE frente à cobertura assistencial e ao tempo de implantação do serviço revela a necessidade de readequação da gestão da atenção básica, ou seja, equipes do PSF.



Há um quadro que resume a situação. Dos municípios do Entorno que precisam de atendimento que extrapole seu nível local, 3,3% vão para Goiânia ou Anápolis; 96,82% vêm para o Distrito Federal. Então, do universo de 25.670 internações, 842 foram para Goiânia ou Anápolis.

Capacidade instalada. O Distrito Federal tem uma rede organizada de serviços. O Entorno, para se ter uma ideia, em anatomia patológica, ou seja, prevenção de câncer ou diagnósticos citopatológicos, só tem cobertura de 3% para sua população. Isso é o que há de cobertura para a população que mora no Entorno. Se pegarmos endoscopia, 4,4%; fisioterapia, 1%.

Leitos hospitalares. A situação é tão crítica, que aqui vemos a capacidade que existe de internação e o que é preciso. O Entorno Sul, só ele, precisa de 731 leitos. O total hoje, por baixo, considerando um parâmetro mínimo, é de 920 leitos de internação nessa região. Se considerarmos que de 4% a 10% são leitos de UTI, poderemos dizer que precisamos nessa região ao redor de 150 leitos de UTI, e há zero leitos de UTI.

Capacidade de internação dessa região para seus habitantes. Entorno Norte, 43%; Entorno Sul, 17%. Ou seja, 83% de sua população não tem condições de ser internada naquela região. Dessa região, 98% vem para o Distrito Federal; um ponto alguma coisa vai para Goiânia ou Anápolis. O Novo Gama depende 99% do Distrito Federal.

Esse quadro mostra o que precisa mais e o que precisa menos.

A situação é essa: há 4 anos, fui a Santo Antônio do Descoberto e fotografei o hospital. Na minha concepção, mais 30 dias inaugurava. Até hoje ele continua em construção.

Há que existir uma visão de políticas que levem a finalizar situações que estão em andamento há uma eternidade nessa região. O Distrito Federal precisa ajudar o Entorno nessa solução.

Valparaíso, mesma situação, e Novo Gama: constroem-se hospitais para 44 leitos, que não fazem nem cosquinha nessa região para resolver o problema. É gastar dinheiro de forma inconsequente. Precisamos, nessa região, de 4 hospitais de 250 leitos cada um. Os senhores viram que há 920 leitos de necessidade. Se depender da capacidade de investimento dos Municípios, eles vão continuar se arrastando. Ontem, foi mostrado claramente aqui que há falta de investimento nessa região.

Não há como falar em saúde, em construção de hospital, em lotar pessoas; há que existir políticas de fixação dos indivíduos, dos recursos humanos, educação permanente, equipamentos necessários para que esses ambientes sejam satisfatórios para a população, coparticipação na gestão com regulação e consórcio e financiamento, porque o custeio é



extremamente alto. Foi dito ontem aqui, e é verdade, que para cada hospital que se gasta 100 milhões para construir precisa-se de 100 milhões/ano para manter esse hospital. E a capacidade desses Municípios não é tão grande para que consigam sozinhos arcar com isso. O Distrito Federal tem de ajudar, assim como o Estado de Goiás, não os Municípios, e o Ministério da Saúde. Precisam ter essa visão.

Eu queria deixar uma frase para finalizar. Quando um dia a Apollo 14 ou 13 — não me recordo mais qual das 2 — estava lá em cima e faltou oxigênio, alguém chegou no microfone da nave e disse: *“Houston, we have a problem”*, ou seja, “Nós temos um problema aqui em cima.” E eles não tinham a solução, porque a solução estava na terra. Eu trocaria a frase: “Nós temos um problema” — e não é de Brasília, é do Entorno de Brasília, ou seja, Brasília e Entorno. Se não escutarmos a voz que nos diz que temos um problema, será tarde para salvar essa população, essa região. Assim como um dia se debruçaram e trouxeram os astronautas para a Terra, temos condições de superar esses problemas. Para isso, temos de trabalhar em conjunto.

E o que queremos? Queremos qualidade de vida, segurança, longevidade, saúde para essa região. Queremos que o Entorno seja uma estrutura plena de atenção à saúde, que não fique procurando o Distrito Federal porque o paciente deseja e precisa ser atendido nos Municípios.

Por mais longe que pareça estar a saída, se todos nos unirmos, temos condições de buscar essas soluções.

Um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho; um sonho que se sonha junto pode se tornar uma realidade. Podemos sonhar e realizar esse sonho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Obrigada, Dr. Rubens.

Diante desse quadro e de tudo que vimos no dia de ontem, vamos aguardar o que a Mesa, que deveria começar agora às 11h, vai-nos trazer em termos de perspectivas, de caminhos que podemos buscar. A palestra da Paula indica o instrumento do consórcio. Vamos aguardar a Mesa.

Para que não atrasemos muito, o Agnaldo nos disse que pode fazer a palestra em tempo bem menor que o dado aos outros.

Peço a ele que comece sua apresentação.

Quem tiver perguntas, por favor, já as encaminhe para que ganhemos um pouco de tempo.

**O SR. AGNALDO MORAES DA SILVA** - Bom dia a todos.



Para os que não me conhecem, sou Agnaldo Moraes, Assessor-Técnico da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e coordeno as ações em um dos espaços sub-regionais prioritários do Ministério de Integração Nacional, que é Mesorregião de Águas Emendadas.

Vou tentar ser bem objetivo, não vou me ater muito a questões de ordem conceitual, até porque tratamos aqui de experiência de gestão e governança. Nada mais eficiente que passar a nossa experiência em gestão e governança nesse espaço regional denominado Águas Emendadas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como todos devem ter visto ontem na apresentação do Dr. Henrique Villa, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional, o Ministério de Integração Nacional se orienta e norteia suas intervenções sobre ações de políticas públicas por uma política, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional — PNDR. Dentre os espaços prioritários de intervenções, temos 13 mesorregiões construídas a partir de critérios, como cruzamento de indicadores de renda, de dinamismo econômico, e também pautados por elementos identitários, elementos que estabeleçam identidade, sejam de ordem cultural, de propósito, de interesse das comunidades envolvidas naqueles espaços sub-regionais que possibilitem maior coesão do tecido social e, conseqüentemente, crie-se um ambiente propício para as ações de cooperação e solidariedade como foi bem apresentado pela Dra. Paula.

Temos a Mesorregião de Águas Emendadas, que é esse espaço em vermelho; aqui são as demais mesorregiões.

Só para se entender, a Mesorregião de Águas Emendadas é composta por 100 Municípios, dos quais 77 estão no Estado de Goiás e 23 no noroeste mineiro. E por quê no noroeste mineiro? Porque na região — Buritis, Unaí, Arinos, Uruana de Minas, Chapada Gaúcha, etc. — guardam uma relação de identidade, seja em função do ambiente, do espaço, do bioma cerrado, comum a todos os Municípios que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, seja também pelos indicadores socioeconômicos que tornam o noroeste mineiro uma das regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais juntamente com a região do Vale do Jequitinhonha.

São 100 Municípios distribuídos entre Minas Gerais e Goiás, com a população de 2 milhões de habitantes em 191 mil quilômetros quadrados de área — uma baixa densidade demográfica. Isso até explica o porquê de uma certa desatenção da classe política brasileira para essa região. Pela baixa densidade demográfica, imaginem o capital eleitoral dessas regiões! Conseqüentemente, há certo distanciamento do olhar e das ações por parte da classe política com relação a Águas Emendadas.



Quais são as diretrizes que nos orientam nas ações de promoção de desenvolvimento da mesorregião? Trabalhamos basicamente com apoio e dinamização de arranjos e produções locais, ordenamento territorial, condição *sine qua non* para a mesorregião com as características físico-biológicas que possui.

O nome de Águas Emendadas não surgiu à toa, temos em Águas Emendadas um manancial hídrico, um conjunto de cursos d'água tributários das grandes bacias que compõem o Brasil, dentre elas a Bacia do Paraná, a Bacia do São Francisco e a Bacia Amazônica, pela Sub-Bacia do Araguaia e Tocantins.

A inclusão econômica pelas ações de cooperação e solidariedade, tendo com eixo norteador e principal componente, do ponto de vista da sua sustentação, o princípio da economia solidária; a ciência técnica, a capacitação tecnológica, que isso é fundamental no processo de competição, mesmo dentro do espírito de cooperação solidária; e a organização social e gestão participativa.

Gestão participativa é o grande foco dessa nossa discussão de hoje. Por quê? Porque é a partir do fortalecimento das organizações sociais e da criação de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão participativa, que conseguimos consolidar e estabelecer, dentro do imaginário social e da consciência coletiva, o espírito de cooperação e de solidariedade, abandonando de certa maneira o que costumo chamar de “umbiguismo local”, que para outros também se chama de “paroquialismo” — a lei de Murici: cada um cuida de si.

A estratégia de atuação, dentro da perspectiva de uma gestão e governança, com essas características a que me referi, no nosso caso de Águas Emendadas, deve contemplar a existência de 7 fóruns microrregionais, porque a Mesorregião de Águas Emendadas, pelas características que possui, como já me referi — está aqui o meu guru, Sérgio Magalhães, de quem herdei o espólio de Águas Emendadas. O Serginho concebeu um modelo de organização desse processo de gestão participativa, considerando a principal característica da Mesorregião de Águas Emendadas, que são as microbacias hidrográficas.

A Mesorregião de Águas Emendadas está dividida, para facilitar o planejamento dessas ações de gestão, em 7 microbacias — não vou citar todas aqui; quem viu o mapa sabe perfeitamente: São Marcos, Paracatu, Vale do Urucuia, Corumbá, e assim vai.

A organização de 7 fóruns microrregionais e o fórum mesorregional envolvendo todos os Municípios, que seria — até porque ainda não o é, mas virá a ser, com todo o nosso empenho — o fórum, o espaço de discussão, de deliberação e de compartilhamento dos atores sociais da Mesorregião de Águas Emendadas no processo de decisão dos seus destinos e do seu futuro, a partir da priorização das ações, aplicação e alocação dos



recursos disponibilizados, e articulação com os demais órgãos federais para atuação na Mesorregião, que é o elemento fundamental que justifica a criação de um fórum.

Dentro do Ministério da Integração Nacional — até porque eu só posso falar do Ministério neste momento —, teríamos a Defesa Civil como uma das ações que pode ser aplicada nesses espaços regionais; o Projeto Produzir, que é um projeto de capacitação, qualificação e organização de base produtiva; projetos de irrigação e drenagem; zoneamento ecológico e econômico e o ordenamento territorial em razão das características do espaço mesorregional.

Os senhores, por meio desse quadro, podem ter uma idéia do que é a Mesorregião de Águas Emendadas.

Eu estava conversando agora há pouco com a Sra. Heloísa que, diferentemente da RIDE, o Distrito Federal não compõe a Mesorregião de Águas Emendadas por uma razão muito clara. Apesar de a RIDE estar contida em Águas Emendadas, ou seja, todos os Municípios que compõem a RIDE, o Distrito Federal não está compreendido na Mesorregião de Águas Emendadas. Tenho uma explicação metafórica para isso: a RIDE, em relação ao Distrito Federal, funciona no movimento centrípeto, ou seja, de fora para dentro. O eixo, o ponto focal das ações da RIDE é o Distrito Federal. Já a Mesorregião de Águas Emendadas busca construir uma relação centrífuga, ou seja, do DF para fora, tentando minimizar ou eliminar essa dependência direta, como é o caso da RIDE em relação ao DF.

Esse quadro mostra os desenhos e a distribuição dos Municípios. Desculpem-me, mas esse mapa ficou horrível.

A característica predominante do setor agropecuário é agricultura de grãos, ou seja, grãos e carnes, agricultura de *commodities*. Os grandes problemas de Águas Emendadas envolvem, de certa maneira, os problemas da RIDE, como a formação desordenada de aglomerações urbanas, atividades econômicas de baixa capacidade de absorção desse contingente. Por isso promovemos investimentos de forma maciça, como bem disse aqui o Sr. Carlos Henrique, em ações de organização de base produtiva que podem evoluir e se constituir em verdadeiros arranjos produtivos locais. Em Águas Emendas, há ações de APL, mas num conceito rebaixado. Temos ações de organização de base produtiva, ou seja, pegar a vocação daquelas comunidades, daqueles espaços sub-regionais e constituir, a partir dali, ações de capacitação, qualificação e investimentos públicos para que se garanta a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das ações econômicas.

Não vou falar da saúde porque já dito aqui. É importante destacar em relação a Águas Emendadas — por isso friso muito bem a questão do planejamento, do zoneamento ecológico e econômico, do ordenamento territorial, numa escala não inferior do ponto de





vista da sua importância, mas numa escala inferior do ponto da hierarquia dos planos do zoneamento e ordenamento — os próprios planos diretores de ordenamento territorial municipais. Então, é ação antrópica sobre os recursos hídricos da região. Isso é a base, é o motivo da criação de Águas Emendadas. De certa maneira, se alguém não sabe, é um dos argumentos que justificam a criação da RIDE, que cuida da proteção do manancial hídrico que abastece o Distrito Federal. Há dificuldade de articulação de ações entre entes da Federação, responsáveis pelo equacionamento dos problemas existentes. A RIDE tem o COARIDE, e Águas Emendadas busca constituir um fórum para exatamente fazer esse processo de catalisação das ações de políticas públicas.

Ações fundamentais são as atividades estruturantes. Todo mundo aqui sabe perfeitamente das carências de infraestrutura da RIDE e de Águas Emendadas, como conectividades viárias precárias, inexistência de cidades-polos que possam dividir, como disse também, com o Distrito Federal, esse poder de atração.

Esse quadro mostra as propostas de ações que temos desenvolvido, como capacitação de gestores; implementação dos Comitês de Bacias na Mesorregião de Águas Emendadas; implantação do fórum de desenvolvimento, o Fórum de Águas Emendadas; apoio institucional para realização do nosso plano de ação, pois, como todas as mesorregiões, tem de construir o seu plano de ação. Esse plano de ação define as prioridades de investimento e orienta o Ministério de Integração Nacional na alocação dos seus recursos.

Saneamento básico e eletrificação rural, problemas estruturantes e de infraestrutura.

Eu já me referi à organização da base produtiva. Cadeias produtivas, exploração racional de produtos de origem mineral, como já foi dito também, pecuária de animais de pequeno porte, apoio ao ecoturismo e turismo rural, aproveitamento do potencial hídrico da mesorregião, através de ações de piscicultura e aquicultura.

Se vocês repararem bem, todas as propostas que são apresentadas aqui guardam relação direta com o pré-requisito da sustentabilidade ambiental, mas também da sustentabilidade econômica das comunidades envolvidas.

Estou concluindo, Heloísa, está no finalzinho.

Políticas sociais, educação, biblioteca, regularização fundiária. A regularização fundiária, pelo menos nas regiões norte e nordeste goianas é um problema sério. Isso não é responsabilidade deste Governo ou do anterior, mas um problema secular que envolve aquela região desde o seu processo de ocupação, em idos do século XVIII.

Ações de desenvolvimento local, conforme já me referi. Uma delas, como vocês vão ver, são as organizações dos Arranjos Produtivos Locais. Utilizamos a nomenclatura APL,



mas sabemos perfeitamente que, do ponto de vista da sua caracterização acadêmica, do seu conceito estabelecido, nós não temos Arranjos Produtivos Locais, se formos exigentes com o conceito. Temos organizações produtivas de base, vamos chamar assim.

Para exemplificar algumas ações temos: APL de artesanato, na região do Vale do Rio Urucuia, em Grande Sertão Veredas; APL de confecção de Jaraguá, que é um dos APLs modelares, esse, sim, já caminhando para se constituir como um verdadeiro APL, faltando apenas a atração de mais alguns componentes essenciais da cadeia de confecção; APL de fruticultura na região do Vale do São Patrício, em Goiás, também; APL de piscicultura na região do Vale do Rio Urucuia, no Vale do Rio Preto, em Paracatu; APL de turismo nessa região aqui, não precisa nem falar, todos sabem, a Chapada dos Veadeiros, a Biosfera de Goiás e Uruaçu, também, em função do Lago de Serra da Mesa.

Muito obrigado. Até a próxima. *(Palmas.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Heloísa Azevedo) - Muito obrigada.

Vamos ter que encerrar esta Mesa. Eu pediria a todos que guardassem as perguntas desta Mesa para o final, quando faremos o debate dos 2 temas, das 2 Mesas, em respeito aos senhores que vão querer sair, provavelmente, ao meio-dia, e aos palestrantes da Mesa seguinte, que já estão aqui. Está certo assim?

Então, muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR APRESENTADOR** - Antes de compor a próxima Mesa, eu gostaria só de registrar e agradecer a presença do Tiago Moreira, que é da Associação Comercial do Distrito Federal, que se faz presente também neste evento.

Vamos compor, então, a nossa última Mesa deste seminário, cujo tema é *Perspectivas de Desenvolvimento da Região*.

Para coordenar esta Mesa, convido o Diretor de Gestão da Informação da CODEPLAN, Sérgio Paz Magalhães.

Como palestrante, eu gostaria de convidar o membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Rollemberg.

Convido também o Assessor Econômico da FIBRA, Diones Alves Cerqueira *(palmas)*, e a Professora-Adjunta do Departamento de Geografia da UnB e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, também da UnB, Profa. Marília Steinberger. *(Palmas.)*

Com a palavra o Coordenador Sérgio Paz Magalhães.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Bom dia. Dado o adiantado da hora, vamos fazer uma abertura mais rápida. Ao final, tentaremos fazer uma pequena consolidação, mas somente após a rodada de perguntas.



Vamos passar a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Rollemberg, que será o primeiro palestrante, depois, ao Sr. Diones Cerqueira e, posteriormente, à Profa. Marília Steinberger.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Muito obrigado, Sérgio. Quero cumprimentar meus colegas de Mesa, Diones e Marília; todos os presentes e também os organizadores desse evento.

Não poderia haver tema mais propício do que este: desenvolvimento.

Vou pedir licença para, muito rapidamente, ler o roteiro que fiz com um pequeno histórico da questão do desenvolvimento no País, para entrar no tema da nossa região, propriamente dito.

Entre 1930 e 1980, o Brasil teve um crescimento significativo do seu PIB. De 1981 para cá, no entanto, começou a viver uma semiestagnação econômica. Cresceu significativamente entre 1930 e 1980, porque tomou uma decisão política de crescer. A estratégia adotada na época baseou-se na adoção de mecanismos de proteção da indústria, materializados na restrição e na substituição das importações de produtos industrializados.

O Brasil aproveitou a crise de 1930 para definir sua inserção econômica no mundo. Era quase totalmente agrícola à época, e decidiu trilhar o caminho da industrialização. Aquele caminho, certamente, teve limitações. O protecionismo levado a termo, durante períodos muito longos, conduziu à acomodação. No final da década de 70, os EUA promoveram vertiginosa alta em suas taxas de juros, e o Brasil, que havia se endividado por meio de contratos com juros flutuantes, é duramente atingido. Como nós devíamos em dólares e a taxa de juros daquele país incidia sobre os nossos contratos, a dívida externa brasileira sofreu aumento estratosférico.

A década 80 é chamada de a década perdida. A dívida externa e a inflação, paulatinamente, tornam-se uma das grandes questões econômicas do País. A ênfase no desenvolvimento é praticamente abandonada em favor de uma ênfase saneadora. A ênfase saneadora passa a concorrer com a ênfase distributiva. O desenvolvimento quase não consta mais da nossa pauta estratégica.

A Constituição de 1988, em boa medida, expressa o conflito entre o enfoque privatista e o enfoque popular.

O enfoque privatista pode ser também visto como não nacional, entreguista, elitista — porque defende a grande propriedade, a propriedade industrial, a grande propriedade industrial, fundiária e bancária, a concentração de renda —, e liberal, já que defende a competição, especialmente o mercado, embora vários setores do empresariado desfrutem de muitos privilégios.



O enfoque popular não põe ênfase no desenvolvimento, mas, sim, na distribuição e nos direitos sociais, na ação do Estado, em benefício dos mais necessitados. Denuncia o efeito deletério do pagamento da dívida externa sobre as contas públicas e o seu impacto negativo, como fator de deterioração da vida da maioria da população.

Apesar de denunciar a dívida, o enfoque popular não retoma o nacional desenvolvimentismo, nome da estratégia de desenvolvimento abraçada, sobretudo, por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubitschek. O enfoque popular não crê mais numa ampla aliança nacional e defende, principalmente, os direitos do povo e dos trabalhadores. Assim, o enfoque popular sustentado pela esquerda é principalmente distributivista e não desenvolvimentista. É, principalmente, pró-segmentos excluídos e não pró-Nação como um todo.

O Presidente Collor, aprofundando o aspecto liberal do enfoque privatista, combate as corporações populares e privatistas e ostenta um discurso em favor do povo não organizado e miserável, como forma de se contrapor à sociedade civil organizada. E propõe uma ampla abertura do País ao capital estrangeiro.

O Presidente Fernando Henrique mantém em linhas gerais a tendência liberalizante e globalizante da política do Governo Collor. Porém, ainda durante o Governo Itamar consegue algo que os governos anteriores não haviam conseguido: debelar a alta da inflação. A vitória sobre a alta da inflação confere autoridade a Fernando Henrique e seus aliados e ao enfoque privatista.

A partir de então não é mais o mesmo que enfrentou o enfoque popular da Constituição de 1988. Ele agora é liberalizante, globalizador e estabilizador.

No centro do debate político do País se enfrentam a partir de 90: o PT, com Lula como grande porta-voz do enfoque popular distributivista e pró-segmentos excluídos; e o PSDB, privatista, liberalizante, globalizador e estabilizador. Entre um e outro enfoque há algum grau de consenso. É preciso amparar os brasileiros abaixo do nível da pobreza. Surge assim sob o Governo FHC a primeira versão do que hoje é o Programa Bolsa Família. Aqui no Distrito Federal Cristovam Buarque é um dos primeiros a adotar esse tipo de iniciativa.

O enfoque popular não consegue sucesso popular nas eleições presidenciais após 3 tentativas. Na quarta tentativa, para adquirir maior competitividade, assume grande parte da agenda do enfoque privatista, liberalizante, globalizador e estabilizador. Há alguns anos, os enfoques manifestam algum grau de incômodo com o baixo crescimento econômico do País nos últimos 28 anos, mas nenhum deles, excessivamente vinculados que estão à lógica do



enfoque popular ou à lógica do enfoque privatista, demonstra capacidade de elaborar uma estratégia clara de desenvolvimento.

E aqui é o ponto em que nós hoje nos encontramos. Praticamente todas as correntes advogam hoje a necessidade de o País crescer, de o País se desenvolver, como alternativa mais consistente de distribuição de renda. O desafio que se apresenta — e de forma até muito forte, pelo título desse seminário — é que desenvolvimento queremos. O que é construir um desenvolvimento sustentável nessa região?

Sem querer ser repetitivo, reitero, como tive a oportunidade de dizer ontem, que no meu entendimento a premissa número um da formulação dessa estratégia de desenvolvimento é a base científica para isso. Vemos como de grande importância instituições como o IPEA, a CODEPLAN, os institutos de pesquisa dos Estados, as universidades, no sentido de, com base em informações científicas, definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A retomada do planejamento passa a ser condição indispensável.

Em seguida, entendo que a segunda questão a ser debatida em uma estratégia de desenvolvimento é o zoneamento, a realização, ainda com bases científicas, de um zoneamento ecológico-econômico da região. Um zoneamento de caráter geral, e os microzoneamentos que, no meu entendimento, devem ter como unidade as bacias hidrográficas. O microplanejamento, ou mesoplanejamento das políticas do Centro-Oeste, na minha opinião, deve ter como unidade as bacias hidrográficas.

Quais são as questões que se apresentam? Em primeiro lugar, há que se analisar os gargalos de infraestrutura. É inadmissível, por exemplo, na minha opinião, que se esteja construindo uma ferrovia, a Ferrovia Norte—Sul, saindo de Anápolis e não do Distrito Federal. O Distrito Federal tem um porto seco. Não tem sentido que não tenhamos um ramal ligando o Distrito Federal a Anápolis. Sem dúvida, a Ferrovia Norte—Sul dará condições excepcionais de desenvolvimento para toda essa região, na questão do escoamento da produção de grãos, minérios, mercadorias de todos os tipos.

Infraestrutura rodoviária. O péssimo estado das nossas rodovias.

Já estiveram muito pior há poucos anos, mas ainda são absolutamente insuficientes para sustentar o enorme tráfego que temos hoje de mercadorias e de pessoas nessas regiões.

Quanto à energia de comunicações, a região é medianamente dotada dessa energia, mas tem gargalos. É importante no planejamento perceber quais serão as necessidades, para que não tenhamos dificuldades de abastecimento, sobretudo na questão energética.



Ciência e tecnologia. Promover a formação de redes, reunindo todas as instituições de pesquisa. E coloco como imprescindível reerguer o sistema nacional de pesquisa agropecuária, em que se tenha as universidades cumprindo papel importante no que se refere à pesquisa básica; a EMBRAPA desenvolvendo novas tecnologias; as organizações estaduais de pesquisa podendo fazer adaptação e extensão tecnológica; a transferência de tecnologia; e as empresas de assistência técnica e extensão rural fazendo o papel de extensão e de assistência técnica, o que considero da maior importância. Ao mesmo tempo, procurando identificar — já que aqui temos, no eixo Distrito Federal, Anápolis e Goiânia, um enorme mercado consumidor, salvo engano o 3º mercado consumidor do País — uma "política", entre aspas, interna de substituição de importações. O que esse mercado consome, o que esse mercado pede, e o que nós poderemos prover por meio da produção nessa própria região.

E aí a primeira questão que se coloca, no meu entendimento, em relação a isso é a necessidade de agregar valor à produção do Centro-Oeste. Ora, o Centro-Oeste hoje é um grande celeiro. Nós temos, salvo engano, em torno de 8% da produção agropecuária do Brasil. O fato é que nós temos uma robusta produção agropecuária e precisamos beneficiá-la aqui. Goiás tem um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil. Temos que ter o beneficiamento de couro, temos que ter indústria de calçados aqui.

Vimos ontem que temos um imenso contingente populacional nas cidades do Entorno, com altíssimas taxas de desemprego. Então, precisamos desenvolver atividades econômicas que empreguem essas pessoas. Se desenvolvermos atividades econômicas utilizando a matéria-prima da produção aqui do lado e o mercado consumidor aqui do lado, certamente essas atividades serão extremamente competitivas.

Estamos trabalhando neste momento, aqui no Distrito Federal, com a implantação de um arranjo produtivo local de flores, no local onde ficava o antigo Colégio Agrícola — agora é Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O mercado consumidor de flores nesta região é enorme. A *expertise* que temos hoje nos diversos centros da EMBRAPA, que não trabalham com floricultura, diga-se de passagem, mas que podem trabalhar com floricultura, aportar conhecimento a esse arranjo produtivo, é infinita. E temos oportunidade de desenvolver um arranjo aqui. E assim diversos outros arranjos produtivos identificados que, com a participação efetiva do Governo com instrumentos de crédito, com instrumentos fiscais, com instrumentos tecnológicos, com instrumentos de gestão, possam garantir um desenvolvimento sustentável nessa região.



A questão do turismo é outra que é absolutamente integradora dessa região e que, bem desenvolvida, conterà uma pressão que já existe e que tende a aumentar, sobretudo pela exploração mineral em determinadas regiões.

Conversava agora há pouco com o Donizeti e ele me contava que algumas grandes empresas de mineração já estão fazendo prospecção aqui na área da Chapada dos Veadeiros. Imaginem o impacto ambiental de uma exploração mineral nessa região. Agora, ao mesmo tempo, o potencial turístico dessa região, se isso for explorado de forma induzida, articulada e apoiada. E aí tem toda uma relação também do Distrito Federal, que é um mercado de alto valor, de alto poder aquisitivo, com toda essa região do Entorno, seja Pirenópolis, seja Formosa, seja Alto Paraíso, seja Cristalina, enfim, do ponto de vista do turismo interno nessa essa região.

E, finalmente, aquelas atividades de altíssimo valor agregado, de altíssima tecnologia, que são os parques tecnológicos, inclusive com uma modalidade diferenciada de organização no mesmo campo e compartilhando instalações e laboratórios. Nós temos o setor produtivo com a comunidade científica, universidades, centros e institutos de pesquisa. Aqui no Distrito Federal por exemplo, já podemos identificar 2 grandes vocações, que já estão em curso, mas andando muito mais devagar do que gostaríamos: o Parque Tecnológico Capital Digital, um parque de tecnologia da informação, fundamental para agregar mão de obra qualificada, para produzir conhecimento e trazer resultados significativos para a cidade, e o Parque Tecnológico de Biotecnologia.

É importante dizer que nós temos aqui no Distrito Federal 5 centros da EMBRAPA: a EMBRAPA Recursos Genéticos, o CENARGEN, a EMBRAPA Cerrado, a EMBRAPA Hortaliças, a EMBRAPA Água e Energia e, salvo engano, a EMBRAPA Transferência de Tecnologia, o quinto centro da EMBRAPA.

Nós temos a Universidade de Brasília e hoje a FIOCRUZ, dentro daquela Universidade, a Universidade Católica e as diversas outras universidades do Centro-Oeste, num aporte enorme de conhecimento.

Nós temos o cerrado com uma das maiores biodiversidades do planeta, com 10 mil espécies de plantas, sendo que 4.400 são endêmicas, ou seja, plantas existentes apenas no cerrado, uma matéria-prima fabulosa para o desenvolvimento de uma grande indústria de biotecnologia. E ainda uma indústria com interface com a indústria de biotecnologia, um grande parque tecnológico de fármacos, apenas para citar 3 exemplos, na cidade de Anápolis.

E é muito importante, na minha opinião, essa questão da agregação do conhecimento, porque aquilo que se pode transformar num grande diferencial da Região



Centro-Oeste também pode ser o grande indutor da destruição do Centro-Oeste, sobretudo do que sobra do cerrado.

Vejam bem: ao falar da produção agrícola, nós estamos falando de uma região que é grande produtora agrícola, que tem uma pecuária muito forte. Há uma expansão, mas há uma pressão, e que será cada vez maior à medida em que aumentar a pressão do mundo sobre a proteção da floresta amazônica. Essa pressão tende a aumentar sobre o cerrado. O cerrado ainda é visto pela maioria das pessoas não apenas como um grande bioma, com uma altíssima biodiversidade, como a caixa d'água deste País, que abastece 70% das águas da Bacias do Tocantins, do Paraná, do São Francisco, como um bioma de integração entre os demais biomas, mas como um celeiro, como um grande centro de produção de alimentos.

Com as tecnologia hoje já desenvolvidas, se houver financiamento para a disseminação em alta escala, como foi feita, aliás, no passado para a ocupação dessa região, através de pastagens — hoje nós temos em torno de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas na região do cerrado —, nós podemos transformar essa região de pastagens degradadas na fronteira do avanço da agricultura, da pecuária, da agroenergia utilizando tecnologias de integração lavoura, pecuária, silvicultura. Agora, se não fizermos esse aporte de tecnologia, a fronteira agrícola avançará com níveis de produtividade aquém do que poderíamos estar utilizando, e, certamente, em sacrifício de grandes áreas do cerrado.

Então, eu acho que esses são os desafios que se nos apresentam. É uma tradição nesta Casa, após 2 dias de debates, no segundo dia ela estar esvaziada. Então considero a participação das senhoras e dos senhores muito alvissareira, demonstra, de forma muito clara, o interesse da população pelo tema desenvolvimento. É fundamental que possamos formular essa estratégia de desenvolvimento em bases sustentáveis, tendo por fundamento o conhecimento. Sem dúvida, isso fará uma grande diferença para o conjunto da população dessa região e de todo o País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Muito obrigado ao Sr. Deputado.

Vamos passar à segunda apresentação, Sr. Diones Alves Cerqueira.

**O SR. DIONES ALVES CERQUEIRA** - Bom dia a todos. É uma satisfação poder participar deste evento tão importante para nossa capital.

Em nome do Presidente da FIBRA, Antônio Rocha, saúdo todos os representantes da Mesa, na figura do Deputado Rodrigo Rollemberg. O Presidente Antônio Rocha não pôde comparecer ao evento, S.Sa. teve uma agenda extra de última hora, pediu desculpas a





todos os presentes e nos incumbiu de trazer a mensagem da Federação das Indústrias do Distrito Federal.

O Deputado Rodrigo Rollemberg fez uma abordagem histórica sobre o desenvolvimento do País, a partir de 1930. Pudemos observar uma série de correntes praticadas, ao longo desse período, em nossa história. Algumas trouxeram benefícios, outras nem tanto avanço, mas isso mostra que em nossa economia sempre estiveram presentes formas de desenvolvimento.

A Federação das Indústrias, preocupada com a questão do desenvolvimento na região, elaborou, em 2006, um Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial, proposta inovadora para nossa economia, porque buscou sanear todos os problemas feitos ao longo de nossa história.

Brasília assumiu sua maioria política com a criação da Câmara Legislativa, na década de 90. De lá para cá, começou o processo de desenvolvimento industrial. Anteriormente, isso não era possível, porque Brasília era conhecida — ainda carrega o estigma — como cidade única e exclusivamente administrativa. Não, há um setor produtivo bem vigoroso em nossa capital; existem indústrias, comércio, excelentes institutos de pesquisa. Isso tem ficado cada vez mais evidente com o passar dos anos.

Há poucos anos, por volta de 1993, tive uma professora e orientadora que comentava que a Capital Federal, pelos idos de 2003, teria problemas como as grandes capitais. Ela dizia que, daqui a uns anos, experimentaríamos entrar no ônibus e sermos assaltados. Hoje vemos isso nas manchetes dos jornais, e por algo bem simples: Brasília está sendo pensada sob a ótica administrativa e não sob a ótica produtiva.

O Júlio destacou ontem em sua apresentação a importância da indústria para o desenvolvimento da região. Há um quadro hoje, também ressaltado por ele, em que o setor público vem diminuindo sua participação em geração de emprego na região. Isso por um motivo óbvio: temos visto uma série de programas de ajuste de política fiscal, o que tem levado o Governo a reduzir seus gastos. Conseqüentemente, a geração de emprego fica comprometida. Isso joga para a iniciativa privada uma responsabilidade muito grande.

Diante desse cenário, a Federação elaborou esse plano estratégico, que contempla 50 projetos e 12 desafios. Em 2007, a Federação reuniu-se e elegeu, dentre esses 12, 6 desafios que deveriam ser implementados emergentemente, porque não haveria como avançar na pauta sem que fossem tratadas essas questões.

O PDI inaugura a nova fase do pensamento desenvolvimentista na região, porque todos os seus projetos preveem ações integradas entre os diversos agentes; não é um plano que parte da indústria, e só o setor privado vai tocar, não; ele prevê a participação da



universidade, do Governo e de todos os agentes que compõem o setor produtivo. Ele parte de uma visão desenvolvimentista e tenta mesclar políticas horizontais e verticais de atração de empresas para a região; também se encontra alinhado com o PITS, lançada em 2003, e o PDP, lançada em 2007.

Como foi feita a estrutura de divulgação e de avanço desse PDI? Este programa foi levado ao Governo do Distrito Federal em 2007; e em 2007 também ele foi levado à Câmara Legislativa e foi apresentado.

A FIBRA entende que a indústria vai ser o principal agente promotor do desenvolvimento na região nos próximos anos. Não há como pensar o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno sem levar em consideração a indústria, por um motivo muito clássico: se formos avaliar a história da industrialização dos países desenvolvidos, todos eles tiveram a indústria como carro-chefe. A indústria é importante porque leva inovação tecnológica, como disse o Deputado. Existem recursos com sobra para a inovação tecnológica. Cada ano que passa, observamos que esse recurso tem ficado no Governo, não tem sido utilizado pelo setor industrial nem pelo setor produtivo. Isso é um problema. A indústria também leva a capacitação de pessoas para a economia, que é uma importante fonte de desenvolvimento. Leva também cidadania, distribuição de renda e tudo o mais.

Brasília, por sua característica, possui uma vocação direcionada para os serviços industriais. Vemos o parque tecnológico, a biotecnologia e outros. Isso tem um porquê, não foi feito no “achômetro”. Existe aqui o maior número de universidades por habitantes do País; há um elevado contingente de PhDs em relação ao País. Tudo isso leva a crer que temos essas condições. Por outro lado, existe o Entorno, que é exatamente o oposto. Também foi dito que o Entorno não tem se desenvolvido, não por falta de ações nem de políticas, mas por uma série de inovações que foram postas. A Federação é muito preocupada com o Entorno, porque gera uma pressão muito grande sobre nossa economia, sobretudo na questão de mão-de-obra qualificada, de renda, de utilização de nossos serviços e infraestrutura, que não comporta toda essa pressão.

O PDI tem uma meta muito rigorosa, promover o crescimento da indústria, que hoje se encontra em torno de 7%, para 14%. Dobrar isso. Quando estávamos apresentando o PDI, o pessoal perguntou onde caberia tanta indústria no Distrito Federal. Aí é que está o desafio. Não é só no Distrito Federal, o PDI prevê a ocupação de indústrias na região do Entorno, mas não de forma desorganizada. Vamos criar incentivos e trazer qualquer tipo de indústria? Não. Prevemos a ocupação ordenada e organizada, baseada no adensamento de cadeias produtivas existentes ou dos APLs. Ou seja, traremos para o Distrito Federal e Entorno empresas que venham complementar os elos inexistentes de nossas cadeias



produtivas. Não vamos trazer para cá empresas que venham concorrer com as já instaladas, não haveria como concorrer com uma grande empresa. Nossa indústria passa por algumas dificuldades em termos tributários e de política; existe ainda a questão ambiental, muito limitativa; além da própria limitação geográfica. Seria interessante trazer para cá indústrias que viessem complementar nossa cadeia produtiva, indústrias ambientalmente corretas, indústrias que realmente venham trazer uma agregação de valor. Isso iria gerar a necessidade de capacitação de mão-de-obra e até de revisão de alguns conceitos de academias, de escolas em termos de conteúdo programático.

Dentre os 6 pontos eleitos pelo PDI, como prioritários, avançou-se na ampliação de linhas de crédito e financiamento. Temos o FCO, que representa hoje a maior oferta de recurso como proporção do PIB no País. Isso, para os senhores terem uma idéia, no ano de 2008, que foi recorde, conseguimos utilizar 220 milhões dos 500 disponíveis para cá. Esse recurso volta para o fundo e é redistribuído entre as demais regiões. Mas é um avanço significativo, tendo em vista que nos anos anteriores vinha na casa de 60, 70 milhões. Graças à participação e à criação do Conselho de Desenvolvimento do Distrito Federal, junto com o Comitê de Apoio e Financiamento à Atividade Produtiva, conseguimos dinamizar essa utilização de recursos.

Mas também temos a questão das exportações, como salientou o Deputado Rodrigo Rollemberg salientou. O Distrito Federal, ano passado, fechou o ano com o saldo de 162 milhões de dólares exportados. Não é muito. Nossa participação na pauta brasileira é 0,01. Mas isso mostra, e reafirma, que o Distrito Federal possui um parque industrial. Estamos exportando. Temos micro e pequenas empresas interessadas em colocar o seu produto lá fora e têm conseguido com muito sucesso. A FIBRA tem participado e levado empresários para fora do País, conseguindo sucesso nisso aí.

Racionalização da carga tributária é um problema que temos aqui dentro. Conseguimos, com o Governo do Distrito Federal, reduzir algumas taxas e isso acabou trazendo ânimo para o empresário.

Simplificação burocrática da atividade na abertura da empresa. Temos avançado alguma coisa, mas ainda temos uma pendência que é trazer para o Distrito Federal a Junta Comercial.

Combate à economia informal. Isso tem sido feito e negociado com o Governo do Distrito Federal.

Melhoria da infraestrutura. Ainda há muito a fazer. Essa questão do transporte é um problema que temos que resolver e o PAC está aí para tentar dinamizar.

Próximos passos que vão ser feitos com relação ao PDI.



Temos um desafio muito grande, que foi suscitado na Federação: a questão da estratégia de desenvolvimento regional. E, dentre os projetos que foram contemplados, está a criação de um fórum da indústria do Centro-Oeste para que se possa conversar com os outros Estados em termos de desenvolvimento.

Temos várias iniciativas aqui só que elas não estão sendo feitas de forma coordenadas. Elas estão sendo feitas de forma isolada, e desta forma não conseguimos resultados muito expressivos.

Esse fórum teria como objetivos promover a convergência dos interesses setoriais de cada Estado; evitar a concorrência predatória entre os Estados — a Federação reconhece que a guerra fiscal é um problema para a região; dinamizar a economia regional mediante o preenchimento dos elos das cadeias.

O trabalho do SEBRAE está alinhado com o PDI, e a nossa estratégia agora realmente é partir para conversar com os demais Estados.

Para os senhores terem uma idéia, o que se ouvia era: *“Não, não vamos cuidar do entorno, porque está muito longe do nosso Estado”*. O Distrito Federal: *“Bom, não vamos incentivar lá, porque não temos responsabilidade sobre isso”*. Mas isso é um problema do Estado, do Centro-Oeste. Se não cuidamos disso muito provavelmente daqui a alguns anos vamos estar sentindo o aumento dos índices de violência e reflexos também na educação.

Então, temos esse desafio para frente, que é começar a conversar com os Estados, sobretudo com Goiás, para tentar alinhar políticas que venham promover esse desenvolvimento tão esperado e sonhado.

Gostaria de concluir, colocando o pensamento de um historiador, que diz o seguinte: *“se você não desenvolve uma estratégia própria, você se torna parte da estratégia de alguém.”* Então, a Brasília que nós queremos passa por essa reflexão.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Eu, rapidamente, queria só fazer uma correção. Eu me referi à produção agropecuária do Centro-Oeste como 8% do PIB nacional. Na verdade, é 15% do PIB nacional. Oito por cento é a participação da economia do Centro-Oeste no PIB nacional. E a participação em relação à indústria nacional é de 2%, o que demonstra aí uma capacidade de crescimento.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Parabéns, então, Sr. Diones. Foi uma palestra muito esclarecedora quanto à industrialização do Distrito Federal e Entorno.

Eu gostaria de anunciar aqui um convite que está sendo feito para os dias 18 e 19 de junho, para o III Seminário de Desenvolvimento Sustentável do Alto Tocantins. O tema vai



ser: *O Uso do Cerrado e a Gestão dos Recursos Hídricos*. Está sendo organizado pela ECODATA e pelos Deputados Pedro Wilson e Rodrigo Rollemberg.

Sem mais delongas, por favor, com a palavra a Profa. Marília Steinberger.

**A SRA. MARILIA STEINBERGER** - Bom dia a todos. Bom dia aos meus colegas de Mesa. Ainda posso falar bom dia, porque ainda estamos antes um pouquinho da hora do almoço.

Eu queria, inicialmente, falar um pouco sobre a importância e a propriedade deste seminário, que discute tema tão caro e tão antigo.

Eu queria também destacar a importância de ver a CODEPLAN novamente ativa. Aliás, eu fui convidada para esta Mesa por uma pessoa da CODEPLAN, a Heloísa. E eu queria destacar essa importância de a CODEPLAN estar presente, como eu disse, de forma ativa, porque, durante muitos anos, nós vimos a CODEPLAN bastante apagada. Isso deixou lacunas importantes, principalmente na base científica, na base de dados. Nós perdemos anos preciosos de séries de dados que são fundamentais. Então, esta, para mim, é a primeira coisa importante desse seminário: ver de novo a CODEPLAN ativa.

Eu, na realidade, não vou falar sobre perspectivas. Eu vou trazer para os senhores algumas reflexões e deixar algumas indagações, porque eu também não tenho respostas. Embora eu estude essa região, no âmbito do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais — NEUR, da UnB, já há mais de 15 anos, e já tenhamos publicado muita coisa a respeito, vemos num seminário como este que realmente — e aí correndo o risco de ser antipática — as coisas não andaram. E aí eu fico me perguntando por que as coisas não andam com relação a essa discussão sobre Distrito Federal e Entorno.

Fazendo um passeio pelas várias palestras que aconteceram neste seminário, de ontem para cá, eu diria que nós tivemos, além dos palestrantes da abertura, uma palestra do Presidente da CODEPLAN, falando sobre DF e Entorno. Depois, tivemos uma palestra sobre política nacional de desenvolvimento regional, que não trouxe muita novidade. Nós já assistimos a essa palestra várias vezes, até porque a proposta não é nova. Em seguida, tivemos uma palestra do IBGE, que trouxe para nós um pouco as inquietações de uma região que é muito maior do que essa região de que nós estamos aqui tratando, a região do chamado Entorno. O IBGE mostrou que, realmente, essa região pode ser a área de influência de Brasília e vai muito mais além do que isso.

Tivemos também uma discussão com a SUDECO, mostrando a possibilidade de articulação, como será a estruturação com a qual ela pretende enfrentar essa nova tarefa de repensar o Centro-Oeste.



E tivemos hoje uma discussão sobre instrumentos jurídicos, também uma discussão sobre duas regiões — a própria RIDE e a região de Águas Emendadas, cuja metáfora explicativa do branquinho do Distrito Federal não convence, mas, enfim, é uma discussão a ser feita.

Fazendo esse passeio, eu me dou conta de que, se a coisa não muda, não é por falta de política local, nem de política nacional, nem de programas regionais mais amplos, nem de programas regionais mais específicos para a própria RIDE — tivemos um exemplo com a palestra do Dr. Rubens —, nem de instrumentos, nem de recursos. As palavras dos senhores revelaram isso.

E eu me pergunto: e daí? Por que essa região ainda não é “um” problema, mas “o” problema? Por que essa região é tão complicada? Por que essa região não “demarra”?

E, mais ainda, fiquei me perguntando: que região é essa de que estamos falando? Aqui estamos falando, pelo título do seminário, da região do DF e do Entorno. Aliás, daqui a pouco vou falar sobre essa palavra Entorno.

Estamos falando dessa região, que é a tal RIDE, que existe desde 1998. Portanto, tem 11 anos. E o que aconteceu? Onde ela está vinculada institucionalmente? No Ministério da Integração? Será adequada essa vinculação? Não sei.

Existe um COARIDE, um conselho dos Prefeitos. Pela informação que tenho, não se reúne há mais de 2 anos.

Então, várias coisas vão aparecendo e vão suscitando reflexões sobre por que essa região não anda. Não é por falta de estudos. Claro que a base científica é importante, dados são importantes. Mas não é por falta de estudos, não é por falta de propostas, não é por falta de diagnóstico que ela não anda. Não é nada disso. No meu entender, faltam decisão política e compromisso.

Nós vimos aqui e ficamos fazendo esses discursos, cada um na sua, é claro, — cada um no seu órgão, e eu, na minha, porque a Universidade tem esse papel crítico mesmo. E aí se passam 10 anos e, quando abrimos o olho, vemos que não aconteceu nada. Talvez eu esteja sendo um pouco dura demais, mas eu acho que aconteceu muito pouco.

E aí eu fico olhando para o desenho deste próprio seminário nosso. Este, que se encerra hoje, aqui e agora. Este é um seminário federal. Este seminário é sobre o Distrito Federal, mas ele é um seminário federal. E é um seminário que, se eu fechasse o olho, como eu sou “dinossáurica”, eu diria que estou num seminário dos anos 70 ou 80. Não, não vou a tanto. *(Risos.)* Mas eu diria, sim, que eu estou num seminário desses anos. Por quê? Porque é um seminário de órgãos do Governo Federal e do Distrito Federal, que tem ainda uma postura de que o Entorno é um estorvo. *(Palmas.)*



Para me contrariar, ontem, eu liguei a televisão e vi no *DF Record*, *DF TV* — enfim, todos os jornais noticiaram — que o Governador Arruda fez um convênio com 2 municípios do Entorno na área de saúde, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas. Esse tipo de convênio — não estou dizendo que é ruim, não, é importante — deixa sempre a ideia de que estão fazendo algo. Mas estão fazendo por quê? Para diminuir a pressão sobre o DF, não porque estamos numa região integrada. Estamos fazendo por isso.

Alguém me perguntaria: mas isso é ruim? Não, não é ruim. Mas são ações pontuais, isoladas. É preciso pensar a região. E que região é essa? Que seminário é esse que coloca, então, essa presença maciça do Governo Federal e do Distrito Federal, e os Prefeitos estão só na plateia? Será que eles não têm nada a nos dizer? Será que eles querem APL mesmo? Virou moda? Não sei.

São realmente essas questões que me fazem ver este seminário como uma retomada do assunto, mas uma retomada tímida e que tem que ser sucedida de uma série de reuniões menores, com grupos menores, para discutir questões objetivas de integração.

O objetivo deste seminário é exatamente buscar a integração entre essas 3 esferas de Governo; não fala em iniciativa privada. Onde está a indústria? Não sei. Está aqui a Federação das Indústrias. Mas onde estão as ONGs? E os movimentos sociais? Tem, eu sei que tem. Nós temos um fórum de movimentos sociais no DF, como uma série de movimentos. Onde estão esses participantes? Eles não têm nada a nos dizer? Claro que têm! É claro que seria importante ouvirmos isso, para pararmos de repetir os anos 70 e 80, quando se planejava de cima para baixo. Todo acadêmico que discursa sobre participação usa isso como base: não estamos mais planejando de cima para baixo. E chegamos aqui e estamos planejando de cima para baixo.

Com relação a temas importantes, que merecem ser aprofundados nessa expectativa que tenho de que se criem grupos para isso, primeiro vem a discussão sobre que região é essa. Afinal, é RIDE mesmo? É RIDE com 22 municípios? Não, não é. É um aglomerado urbano, com esses que estão mais coladinhos ao DF? Não? São os 68 municípios de que o Júnior falou? Não? São os 282 de que o REGIC fala? Enfim, quantos municípios formam essa região? Que região é essa de que estamos falando? Para cada uma dessas escalas as ações são diferenciadas. Então, é preciso definir.

Um segundo ponto que foi tocado nesta Mesa já, e ontem o Júlio tocou também, é a questão da industrialização do DF. Eu sou bastante reticente com relação a isso. Já escrevi muito sobre industrialização no DF, já fui defensora da industrialização do DF, mas, olhando para a nossa realidade, hoje, eu diria que ela pode acontecer, sim, mas só regionalmente.



Daí, o Entorno não é um problema, como nós tratamos; ele é uma solução, é a possibilidade de nós pensarmos realmente em industrialização.

Dois pontos que foram tocados já pelo Deputado Rodrigo Rollemberg e que, aliás, são 2 temas caros, da época em que foi Deputado Distrital, são o zoneamento ecológico-econômico e o turismo. E eu queria falar um pouquinho sobre cada um deles.

Eu acho que são duas iniciativas importantes. Vou falar primeiro sobre o turismo, até a título de complementar com as atividades industriais de que eu falei antes.

Se examinamos essa região, a RIDE, vemos que realmente existe grande potencialidade de turismo. Até onde eu sei, em 2005, existia uma tentativa de iniciativa do COARIDE que não foi para a frente. Mas eu tenho as atas. Na minha opinião, era uma iniciativa importante para se repensar isso de forma agregada com o Distrito Federal, pensando até em circuitos turísticos que não sejam só aqui do nosso umbigo, de Brasília, mas que abranjam circuitos integrados. Então, é um setor econômico (*falha na gravação*) deixei para o final mesmo é o zoneamento ecológico-econômico.

Eu fui e sou ainda bastante (*falha na gravação*) na Amazônia, onde realmente ele é mais presente.

Mas qual é a importância de falar em zoneamento econômico-ecológico? Estamos atrás da definição da região e das atividades que devem ser priorizadas nessa região, e é exatamente esse o objetivo do zoneamento ecológico-econômico. Por quê? O zoneamento ecológico vai definir o quê? Os usos econômicos mais propícios para determinada região.

Então, ele vai definir os usos do território daquela região. E aí o que vemos? O que aconteceu?

Há alguns anos, escrevi um artigo que contava a história do porquê de não ter sido feito o zoneamento ecológico-econômico no Distrito Federal e região. É uma história que vem da época em que o Rubem Fonseca era da Secretaria de Meio Ambiente. E a minha história terminou com o seu projeto de lei, em 1997 ou 1998, que propôs uma verba para se fazer o zoneamento ecológico-econômico.

O que aconteceu há 3 anos? O Ministério do Meio Ambiente tomou para si a realização do zoneamento ecológico-econômico do DF e do Entorno. E o que aconteceu? O DF não quis participar. Então, é estranho, não é? Por isso há um buraco ali. E não dá para ter buraco. Sabe como é? A região é a região. Não existe a região sem o DF, assim como não existe o zoneamento ecológico-econômico de uma região como a RIDE sem o DF. Então o que se fez? Diagnósticos, levantamos, dados etc. Há algum zoneamento, alguma orientação sobre que usos são mais adequados para essa região? Não. Precisamos fazer gestões junto ao GDF para que isso aconteça? Precisamos. E esse, acho, é um tema.





Vejo o zoneamento ecológico-econômico não como aquela coisa meio ambientalista, saudosista, de alguns ecólogos — não os estou criticando —, que só veem a questão de defender a preservação de determinadas áreas, mas como meio de definir usos econômicos desse território. Portanto, é um tema que considero fundamental.

Bom, gente, acho que é isso aí. Desculpem-me qualquer excesso, mas são coisas que eu precisava trazer para os senhores com essa visão mais crítica da nossa realidade nessa região.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Farei alguns encaminhamentos.

O primeiro é o seguinte: vamos pedir aos palestrantes anteriores que também componham a Mesa. Vai ficar uma megamesa, mas vamos tentar compor isso.

Outra coisa seria a questão da restrição do tempo. Vamos combinar um número limitado de perguntas e colocar um *e-mail* institucional para recebermos as perguntas e, depois, procedermos ao encaminhamento delas para quem tiver interesse.

Por fim, quero agradecer à professora o resumo que fez de todo o nosso seminário e também a sugestão do encaminhamento, que poderemos formatar com a criação de um fórum permanente de discussão, para ser iniciado agora, no início de maio, com os parceiros que estão aqui na organização do evento e com os demais parceiros que participaram deste evento e têm interesse em colaborar com a questão.

Vamos no primeiro momento nos restringir a quem compareceu e assinou a lista. Vamos tentar compor com essas instituições. Mas já nos comprometemos a buscar a construção desse fórum já no início do mês de maio.

Se pudermos encaminhar dessa maneira, e os senhores permanecerem como estão, acredito que será o consenso. (*Pausa.*)

Podemos, então, passar para as perguntas.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Deixe-me sugerir a alguém da organização que reduza um pouco o ar-condicionado, senão vamos congelar.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - As perguntas sempre no púlpito, com a identificação antes da pergunta.

Vamos lá, então.

**A SRA. MARIA JOSÉ MONTEIRO** - Trabalho na Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Fico pensando se o nome mais correto para essas estratégias que estamos discutindo não seria estratégias para o desenvolvimento regional sustentável do DF e seu



entorno. Porque me parece que a problemática principal do DF é esse profundo desnível entre o desenvolvimento do DF e o do seu entorno.

Então, na minha forma de entender, parece que a principal dificuldade se refere à busca de solução para a redução dessas desigualdades, no que é preciso ter claro o papel do DF e o papel do Entorno nesse processo, tanto em âmbito local, como no regional, no nacional e no internacional, de modo que sejam identificadas alternativas de desenvolvimento que incorporem a população local no processo produtivo. Porque, historicamente, temos visto que as alternativas econômicas — foi o que aconteceu na Região Centro-Oeste —, para as localidades excluem por completo a população local.

Desse modo, temos que pensar essa área no seu nexos local, regional, nacional e global, porque essa área também se articula com o processo global de produção.

É uma questão que estou trazendo para refletirmos. Como o Entorno poderá se incorporar ao processo produtivo e à economia de mercado? Caso contrário, ele continuará sendo um problema para o DF. E pode não ser.

A outra questão que trago são estratégias para o desenvolvimento sustentável, só com base em medidas para ativação dos potenciais de desenvolvimento, que acho que são importantes, é verdade. Mas, com exceção da questão da saúde que hoje foi apresentada, as questões sociais, o aspecto social do desenvolvimento, algumas questões sequer foram tocadas, como, por exemplo, a questão da segurança no DF e seu entorno, um problema seriíssimo e que se avoluma cada vez mais, e sobre o que todos temos responsabilidade. Mas esse problema não foi sequer mencionado.

Hoje, moro perto do Entorno e enfrento o dia a dia dessa problemática, cuja responsabilidade é de todos nós. Fiquei realmente pasma de ver como o aspecto social do desenvolvimento não foi considerado nessa discussão, e, muito longe, a questão da segurança.

Nessa questão social, há que se pensar num aspecto mais humano. Há experiências no Brasil, aqui em Brasília e mesmo no Entorno que podemos utilizar. Por exemplo, considerar alternativas de lazer, arte, cultura para a juventude e para as crianças.

Sou da antiga SUDECO; sou dinossaura também, como disse a Marília. Humberto de Campos já alertava, na década de 80, que, se não houvesse medidas apropriadas para harmonizar esse desenvolvimento do Entorno e do DF, a região viraria uma Baixada Fluminense. É o que está acontecendo.

Essa questão da violência não nos afeta só com furtos, mas também na capacidade de aprendizagem das crianças. Criadas num ambiente como esse, elas têm comprometida



toda a sua inteligência para uma cidadania mais adequada e para futura inclusão no mercado de trabalho. Temos que pensar profundamente sobre esse ponto.

Agora, acho muito apropriada essa discussão, neste momento, porque está no bojo da reforma tributária, quando está sendo votado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. E nesse fundo há um programa econômico-social, no qual estão definidas agendas para criar condições de incorporação dos territórios ao processo produtivo. Inclusive, já se falou aqui um pouco sobre isso. Esse programa trata de infraestrutura de pequeno e médio porte, ciência e tecnologia, capacitação para o desenvolvimento etc.

Acho que, aprofundando esse processo de compreensão do Entorno e as estratégias de desenvolvimento para a região, isso estando amadurecido, na hora da aprovação desse fundo, pode ser muito apropriado.

Eu também quero dizer que todas essas questões precisam ser compreendidas, do ponto de vista regional, com planos setoriais, como o que foi muito bem apresentado aqui pelo Dr. Rubens.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Vamos pedir um pouco mais de brevidade nas intervenções.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Não, eu sei. Veio por atacado, não é?

**O SR. ETEVALDO SILVA** - Bom dia, sou Presidente da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Valparaíso de Goiás e, neste momento, represento a Federação das Associações Comerciais, Empresariais e Industriais do Distrito Federal e agora também do Entorno.

Antes de mais nada, quero parabenizá-los pelo evento, em nome da nossa cidade, Valparaíso. Infelizmente não há Vereador nem Prefeito de Valparaíso aqui, mas, como representante do setor produtivo, acho de suma importância eu passar um documento para a Mesa, assinado no dia 22 de novembro de 2007, sobre o que o Rogério Russo disse que me daria uma resposta hoje. Infelizmente, ele não está presente. Mas vou passar para o Deputado Rodrigo Rollemberg esse documento, que diz o seguinte:

*“Assinatura de documento do desenvolvimento integrado, que institui o Núcleo Representativo para o Desenvolvimento da RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, com vistas à implantação do programa de desenvolvimento da RIDE,*



*prioritariamente na capacitação de recursos, atração de investimento de infraestrutura, educação, saúde, segurança, modelo de gestão, políticas públicas entre o Governo do Distrito Federal, o Governo Federal, o setor produtivo e todos os Prefeitos que compõem os 22 municípios.”*

Está aqui este documento, que eu gostaria que fosse incluído no relatório final deste seminário.

Em nome da nossa federação e do Presidente Brites, agradeço essa oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Temos mais 3 inscrições, depois, fecharemos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Está certo. Vocês dois, então. Vamos fechar por aí e vamos abrir um *e-mail* institucional para receber essas demandas.

**O SR. JÚLIO** - Bem, sou obrigado a dizer bom dia a todos, se não vamos pensar que já é bom almoço.

Existe uma frase atribuída ao Senador Antonio Carlos Magalhães do seguinte teor: *“Eu não sou teimoso; os outros é que teimam comigo”*.

Quero me dirigir objetivamente à Dra. Paula, sobre o seguinte aspecto: ela nos apresentou alguns instrumentos, dentre eles, convênio, contrato e consórcio. E vendo ali a palavra seminário me vem à mente que essa palavra advém da palavra semente. E semente serve para semear e produzir frutos. A questão então é: são 23 municípios, quase o alfabeto todo. Imaginemos o seguinte: se consórcio é volitivo, e contrato e convênio também são, seria o caso, numa situação dessas — para tentar de alguma forma oferecer instrumentos para que os Estados Federados participem efetivamente deste processo de desenvolvimento e de busca de ferramentas capazes de tornarem sustentável o que se pretende —, de uma emenda à Lei da RIDE ou de uma emenda à Constituição Federal, transformando a área em região metropolitana? Essa é a minha pergunta. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Próximo orador.

**O SR. LUÍS QUENTAL COUTINHO** - Boa tarde a todos. Só para contrariar um pouquinho o que a Profa. Marília disse, eu não sou do DF, vim do Pernambuco. E muita gente pode perguntar: o que esse cara de longe está fazendo aqui? Então, vou explicar.

Sou da Agência de Planejamento, Estudos e Pesquisas do Estado de Pernambuco. Desde o início do ano passado reativamos o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas e estamos participando, aqui em Brasília, de um grupo de trabalho interfederativo, do qual a



Dra. Paula faz parte, discutindo os problemas, as oportunidades e as questões de gestão das áreas metropolitanas de grande concentração de população.

Tenho 3 pontos para apresentar para reflexão e também como contribuição. O primeiro é o seguinte: às vezes, em algumas apresentações, eu me preocupei um pouco porque há certa tendência de querer comparar Brasília e a região do Entorno de Brasília com outras regiões metropolitanas do Brasil e tomar isso como exemplo direto para algumas questões de planejamento ou de tomada de decisão.

É importante que se entenda mais claramente, mais perfeitamente, qual é o papel de Brasília e da região do Entorno, tanto para o Centro-Oeste do Brasil como para o próprio País: ver quais são suas principais características, tanto do ponto de vista cultural, quanto de produção, ambiental e outras questões. Cada região tem suas características. E isso tem que ser levado em consideração, como algumas observações que a própria professora fez. Ela hoje já é reticente quanto à questão da industrialização da área mais próxima ao Distrito Federal. Essa é a primeira questão.

A segunda é que nesse estudo apresentado no seminário promovido pelo SEBRAE foram trabalhados 3 recortes territoriais, e em nenhum deles foi levada em consideração a própria RIDE. Há um núcleo metropolitano, que é o DF, o Entorno metropolitano, considerado como o DF mais 10 municípios de Goiás, e o Entorno não metropolitano, que soma mais 58 municípios. E, no caso, o recorte oficial da RIDE não é salientado propriamente.

Então, eu não sei se foi sintomática a questão da RIDE no País. Existem 3 RIDES institucionalizadas no País. E realmente a gente sente que há fragilidade na gestão dessas RIDES. Então, isso pode ser sintomático.

E a professora também colocou uma questão muito importante: que região é essa de que estamos tratando? Qual é a região que se está querendo chamar de área metropolitana de Brasília? Essa é outra questão. É preciso saber que critérios serão adotados para que essa região seja considerada região metropolitana de Brasília.

Por último, eu enxergo, dentre algumas alternativas possíveis para tentar institucionalizar ou trabalhar de maneira mais formal essa área que depois seria considerada metropolitana, que uma saída talvez seja uma emenda à lei que criou a RIDE de Brasília para criar nucleações dentro dessa RIDE, a fim de se trabalhar com essas nucleações, e não com a RIDE por inteiro.

E a outra questão, como já foi dito pela Dra. Paula, é o instrumento de consórcio público. Ele passa a institucionalizar esse território por municípios, que seriam consorciados.



Esse tema de gestão e de governança metropolitana é um tema que está sendo retomado de maneira bem forte a partir do ano passado. Inclusive, eu acho que agora está sendo retomado na Câmara Federal o PL que trata do Estatuto da Metrópole. Eu acho que vai haver agora um movimento atual de discussão desse PL, inclusive com a criação de uma Comissão para discutir o assunto.

Esse é um tema que vai ter que ser debatido de forma bem mais aprofundada, e nós estamos, dentro desse Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, tentando contribuir para as discussões, inclusive no próprio Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Temos 5 perguntas e encaminhamentos. Eu acho que poderíamos tentar responder isso e, sobrando tempo, avançar com os próximos participantes.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - É para finalizar? Então, está bem.

Há mais 3 inscrições aqui. Vamos fechar com essas, e depois encerramos.

**O SR. HILDEBRANDO** - Boa tarde a todos. Sou Vereador no Município de Arinos, no Vale do Rio Urucuia, e também militante de um projeto de desenvolvimento sustentável daquela região, com a participação do Dr. Sérgio Paz Magalhães e do Agnaldo, que também conhece bem a região de Águas Emendadas.

Eu queria aqui, primeiramente, agradecer e reconhecer de público a importância da realização de evento dessa natureza. Quero só lamentar que seja muito pouco divulgado na nossa região. Fiquei sabendo antes de ontem, porque liguei para o Dr. Agnaldo e tomei conhecimento. Mas o evento é importante. Quero só registrar essa pouca divulgação. Por isso, há pouca participação de Minas nesses eventos.

Quero também registrar uma preocupação com a contradição social dessa região estratégica para o Brasil que é Brasília. Temos de convir que há aqui uma grande contradição social. É uma região estratégica, rica, com um quintal realmente muito pobre. A região não consegue estabelecer nenhum quintal produtivo. Ontem eu ouvi que Brasília consome só 15% do que produz, mas o seu quintal todo dia exporta problemas, e a gente não consegue resolver isso.

A falta de políticas públicas integradas é que, de certa forma, gera e perpetua essa contradição social. Isso talvez seja causado pela ausência de um mecanismo e de instrumentos capazes de recortar aquilo que é a área de influência da Capital, a exemplo da antiga região geoeconômica de Brasília.



De lá para cá, eu vejo muitos recortes, mas nunca tentam olhar o todo. Se a questão é estratégica, a gente pensa no todo. Qual o problema? Qual o quintal de Brasília? O que a gente pode resolver?

Eu achei boa a proposta da professora da UnB, porque, de certa forma, ela vai ao ponto xis da questão. É preciso, realmente, retomar um pouco a questão do recorte da geoeconômica do Brasil e se o Vale do Urucu recebeu algum tipo de desenvolvimento, a exemplo do Polo Noroeste 1 e Polo Noroeste II. De lá para cá, as questões vieram assim muito capengas, com uma certa deficiência. Às vezes a gente fica pensando que as pessoas olham um pouco só 180 graus. Nós temos que olhar o todo: Arinos, Chapada Gaúcha, Pintópolis, Riachinho, Bonfinópolis. Esses municípios dependem muito de Brasília e podem ser a solução para os problemas de Brasília.

Essa é a minha preocupação e o meu sentimento com a região, que é muito rica. A tríplice fronteira — Minas, Bahia e Goiás — baixíssimo IDH, no quintal de Brasília e a gente ainda fica de fora de políticas públicas que poderiam resolver essa questão.

Muito obrigado. (*Palmas*)

**O SR. OSNIR CALIXTO** - Meu nome é Osnir Calixto. Sou assessor de imprensa do Deputado Pedro Wilson, PT de Goiás. Primeiro, quero justificar a sua ausência. Pedro não está aqui e é um apaixonado por este assunto, autor da PEC do Cerrado, mas sofreu uma cirurgia sábado e está ainda em resguardo. Muito breve estará com a gente nessa luta, não só pela PEC do Cerrado, mas na luta do Cerrado.

E dizer com felicidade, Dra. Paula, que eu penso que estão olhando para nós. Ontem, participei de um seminário da ECODATA sobre esse tema. Hoje eu estou participando deste e já estamos marcado, não é, Rodrigo, para 17 e 18 de junho num outro seminário para a defesa do cerrado. Eu acho, Hildebrando, que estão olhando para nós. Às vezes, não olham muito. Não olham mais com a abrangência que a gente queria que olhassem. Então, quando Hildebrando, de Arinos, reclama e eu, de Uruana de Minas, reclamo, parece que o olhar não chega em Uruana de Minas. Não sei se atrapalha a serra, não sei como é que faz esse trem. O caboclo pega assim um livro de Guimarães: "*Ai, meu Deus! Ai, que delícia! Ai, que maravilha! Eu quero é morar no Grande Sertão Veredas.*" Vem, sim. Não vem só morar, não. Quando for discutir sobre nós, chame-nos para discutir, gente. Chamem-nos. Temos gente boa lá para discutir também. Nós temos um pessoal que vai para lá, que mora lá, que se apaixonou por lá e que sabe discutir aquilo lá.

Eu estava assistindo esses dias aí a um trem na Globo falando de Buritis, falando de Grande Sertão Veredas. Mostrou lá o Toni Ramos, mostrou a Bruna Lombardi e o povo ficou tudo apaixonado por nós, mas quem entende de Buritis tem que vir para essa mesa aí.



Quem entende de baru, sabe? Quem sabe fazer doce de pequi, quem sabe fazer cachaça tem que vir para essa mesa aí, gente. Vamos por na mesa. Não vamos por só na platéia, não. Primeiro, não tem na platéia. Hildebrando falou aqui que ficou sabendo ontem. E, segundo, que nós não queremos só vir para a platéia. Esse negócio de assistir minissérie da Globo sobre Grande Sertão Veredas, bonito. Bonito. É “bão” também a gente falar lá. “Bão” também. Mas, a gente quer participar. A gente quer dar palpite.

Vamos ver, Rodrigo, se nesse seminário de junho a gente traz o Chico Mendes, lá de Formoso de Minas, para falar com a gente. A gente traz Dra. Margarida, lá de Arinos, Chapada Gaúcha, para falar com a gente. Esse povo aí é importante ouvir. Sabe por quê? Porque, se não, a gente fica ouvindo os diagnósticos daqui, do povo da UnB, do povo do Governo — e, aliás, agradecer o povo do Governo Lula, que estão olhando pra gente. Agora eu estou sentindo que estão olhando prá gente. Nós já estamos demarcando terra calunga, já estamos criando território de cidadania. Estão olhando prá gente. Já tá “bão”. Melhorou muito, mas deixa a gente falar também. Deixa a gente mostrar prá vocês como é que faz esse negócio de desenvolvimento sustentável. Como é que faz doce de pequi e vocês ensinam prá gente como é que vende doce de pequi.

Nós ficamos com um medo enorme quando a gente ouve falar esse negócio de colocar gente no mercado; eu morro de medo. Esse negócio de ficar falando para a gente do desenvolvimento da região, e vai me trazer caboclo para, como se alimento fosse soja. Eu não como soja. Eu sou um comedor de pequi, de roer, mas não como soja; eu tenho medo desse trem. Eu tenho medo de vocês ficarem achando que é bom o desenvolvimento da região, e depois esse desenvolvimento dar problema para nós. Eu fico com medo de camarada da bancada ruralista, Deputado Rodrigo Rollemberg, sem preconceito nenhum de Deputado, mas eu fico com medo desses caboclos que querem ajudar o Lula e aí vai plantar só canavial em nosso cerrado, sem uma visão poética, viu Dra. Paula, mas poeta não consegue pensar sem poesia. Ajuda a gente, escuta e põe a gente para falar também, senão a gente pode ter problema lá embaixo e aí o problema é nosso. Aí, não temos só um problema: somos o problema e temos problema. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Vamos fazer intervenções com mais brevidade.

**O SR. RONALDO SEGGIARO DE ALMEIDA** - Instituto Novas Fronteiras da Cooperação, o terceiro setor. Parte do nosso dia a dia é na Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE) junto ao agricultor familiar, junto ao Prefeito que tem dificuldade de apresentar um determinado projeto em algum setor, algumas entidades





que não têm capacitação ainda para lidar sequer com os investimentos que são feitos naquela área.

E o nosso Entorno, desenhado como está, tem diferenças marcantes. Assim como Unai, Formosa, Luziânia têm bons índices de desenvolvimento, nós temos municípios aqui no Entorno com 2.800 habitantes, e diminuindo, exatamente porque eles não têm como se confrontar com esse desenvolvimento. Tem que ser uma ação transformadora.

Em função dessa ação transformadora, é que eu acho que a união de força, e aí queremos, senhor mediador, participar realmente das futuras discussões, mas o que tem que haver para acontecer esse elemento transformador é o que me faz acreditar que o esforço deste Seminário é importante. Mas eu acho que o Entorno também, com esses índices alarmantes de desemprego, violência, IDH baixíssimo em certas regiões, ele merece no mínimo uma presença de 3 Governadores, uma bancada de 9 Senadores e todos os Deputados Federais dando as mãos ao Deputado Rodrigo Rollemberg para que isso realmente possa acontecer. Tem que ser não mais uma a fábrica de diagnósticos — nós no dia a dia conhecemos todos. É preciso que realmente se troque o planejamento pelo fazimento. Temos que estar presentes nessa transformação.

É uma sugestão. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Por favor, o Júlio.

**O SR. JÚLIO** – Queria primeiro compartilhar um pouco da ansiedade da Marília, quando ela fala dessa questão de que há alguns anos, e realmente há alguns anos, e várias colocações foram nesse sentido, a gente vem discutindo essa questão e não conseguimos encaminhá-la. Eu acho que o encaminhamento que o Sérgio apresentou aqui pode contribuir para a gente superar essa limitação. Mas dentro ainda dessa ansiedade, Marília, a gente às vezes tem uma tendência de — um esforço talvez quase inconsciente — de esconder o sol com a peneira e a gente tem que lutar contra essa situação.

Quero dizer que por mais que — e aí é Governo Federal, são os Governos dos Estados, as diversas iniciativas na região — tenha sido feito, foi muito pouco em relação ao que precisa ser feito. Essa que é a realidade. A realidade que temos nesse Entorno próximo é que, não obstante todos os esforços, ainda temos um PIB *per capita* na região que equivale à metade da média nacional, que não é nenhuma maravilha. Isso aqui, ao lado da Capital da República. Uma diferença de 6 vezes e meia entre o PIB dessa região e o do DF.

Então, essa é a nossa referência, não pode ser outra coisa. Todos os esforços são louváveis, mas não se pode esconder essa realidade. Temos um problema imenso nessa região.



E a segunda é o próprio encaminhamento. Temos a proposta do Sérgio, da constituição de um fórum de discussão — e o companheiro colocou anteriormente — que envolva, sim, de uma forma efetiva, os gestores públicos, as esferas federal e estadual. E temos uma pauta imensa. A Marília tocou na questão da escala. O Quental fez referência a isso. O que acontece, Quental, é que na verdade, desde o tempo do Programa da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), quando se discutia qual era efetivamente essa área de influência de Brasília — e há uma dimensão maior que a Evangelina colocou aqui —, é que há uma questão a ser resolvida dentro da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE). De alguma forma ela mistura municípios com relações tipicamente metropolitanas com o DF e com outros municípios que têm mais uma relação de caráter regional, e isso tudo tem que ser discutido. E há 12 anos essa questão não é efetivamente debatida.

A questão da escala tem que ser discutida, assim como a questão do formato institucional. Temos que ter consciência de que o formato que temos não dá conta das questões que estão colocadas. Não adianta achar que está tudo bem, está resolvido, tem um formato. Não tem. Tem no papel, mas não funciona, isso tem que ser discutido. Sobre a questão da PED do DF, cuja incorporação discutimos há 17 anos. Aí falam que é caro — 1 milhão e 500 mil reais —, um projeto de 1 ano. Eu poderia elencar aqui uma porção de coisas com as quais gastamos dinheiro de forma inútil. E aí um manancial de informações no sentido de que poderia ser a PED ampliada para o Entorno e mesmo assim a gente não consegue resolver há 17 anos.

A questão da implementação do PDI: por que não discutimos isso nesse fórum? A ocupação da CODEPLAN, a CODEPLAN já teve uma ação para fora das fronteiras do quadrilátero. E hoje está colocada na ordem do dia o fortalecimento da CODEPLAN para recuperar esse papel. E poderiam falar uma porção de coisas aqui, uma porção de idéias sobre as quais falamos em todo seminário. Mas na hora de consumir, é como se estivéssemos esperando o próximo seminário para falar de novo.

Então, acho que esse compromisso — o Governo Federal, o Governo dos Estados, Distrito Federal, as universidades, as instituições de pesquisa, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a CODEPLAN — tem que ser firmado a partir desse seminário, para que possamos efetivar aquilo que concluímos, diagnosticamos e na verdade não conseguimos dar encaminhamento. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Vamos passar para a rodada de respostas. Podemos passar para a questão da emenda constitucional ou, enfim, o que seria necessário para adequar isso à RIDE. Nossa referencia, não pode ser outra coisa, todos os



esforços são louváveis, mas não pode esconder essa realidade. Temos um problema imenso nessa região.

E a segunda é o próprio encaminhamento. Temos a proposta do Sérgio, da constituição de um fórum de discussão, e aí o companheiro colocou anteriormente, isso tem que envolver sim de uma forma efetiva os gestores públicos, a esfera federal e estadual e temos uma pauta imensa. A Marília tocou na questão da escala. O Quental fez referencia a isso.

O que acontece Quental, é que na verdade, desde o tempo do Programa da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB quando se discutia qual era efetivamente essa área de influência de Brasília, e tem uma dimensão maior que a Evangelina colocou aqui, tem uma questão a ser resolvida dentro da sim, que a de alguma forma mistura municípios com relações tipicamente metropolitanas com o DF e com outros Municípios que têm mais uma relação de caráter regional, e isso tudo tem que ser discutido. E há 12 anos essa questão é efetivamente debatida.

A questão da escala tem que ser discutida, a questão do formato institucional, temos que ter consciência de que o formato que temos não dá conta das questões que estão colocadas. Não adianta achar que está tudo bem, está resolvido, tem um formato. Não tem. Tem no papel, mas não funciona, isso tem que ser discutido. A questão da PED do DF que há 17 anos discutimos a incorporação, e aí fala, é caro, 1 milhão e 500 mil reais, um projeto de um ano, eu poderia elencar aqui uma porção de coisas que a gente gasta dinheiro de forma inútil. E aí um manancial de informação que poderia ser a PED ampliada para o entorno, e a gente não consegue há 17 anos resolver.

A questão da implementação do PDI, porque não discutimos isso nesse fórum. A ocupação da CODEPLAN, a CODEPLAN já teve uma ação para fora das fronteiras do quadrilátero. E hoje está colocada na ordem do dia o fortalecimento da CODEPLAN para recuperar esse papel. E poderiam falar uma porção de coisas aqui, uma porção de idéias que em todo seminário a gente fala, mas na hora de consumir, é como se estivesse esperando o próximo seminário para falar de novo.

Então, acho que esse compromisso, o Governo Federal, o Governo dos Estados, Distrito Federal, as universidades, as instituições de pesquisa, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a CODEPLAN, acho que tem que firmar a partir desse seminário, para que possamos efetivar aquilo que conclui, diagnostica e na verdade não consegue dar encaminhamento. (*Palmas.*)

**A SRA. PAULA RAVANELLI LOSADA** - Eu já vou responder à pergunta e fazer minhas considerações finais. Primeiro, queria agradecer as perguntas. Como vocês viram



eu não consegui organizar toda a minha apresentação em 15 minutos. Eu parei com ela pela metade e fiquei penalizada por não ter conseguido completar esse raciocínio com alternativas.

Mas agora eu acho que foi bom, porque depois de ter visto as outras apresentações, eu consegui ter mais clareza do que é o problema, do que seriam as possíveis, não digo soluções, mas os possíveis desafios. Ficou mais claro para mim e acho que posso fazer isso agora.

Eu tenho a impressão de que temos na Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE) um computador de última geração. E a gente usa esse computador como máquina de escrever. Ele tem um potencial muito maior do que a gente usa. Isso não quer dizer que os ofícios que fazemos com a máquina de escrever estão errados, ou devem deixar de ser feitos. Não devem. Eles são necessários, têm que continuar sendo feitos. Vamos continuar a usar o computador de última geração para escrever. Só que a gente tem por obrigação fazer outras coisas que ela nos permite fazer.

Quando tentei apresentar a vocês quais os instrumentos que temos de cooperação federativa — Não sei se vocês vão lembrar —, naquela chave, ela começava assim: reuniões informais; depois, eu fui classificando por grau de formalidade institucional; depois, vinha convênios. Todas as experiências de APL que estamos fazendo, que são importantes e que se mostrou que houve um avanço. Hoje temos mais recursos. Houve muitos avanços no último período, mas que instrumento a gente usa para fazer APL? A gente usa o convênio financeiro, que é aquele primeiro, mais precário. Do ponto de vista institucional, de cooperação federativa, a gente está usando um instrumento bem precário, bem simples, bem modesto. E a nossa RIDE nos permite utilizar um instrumento muito mas potente.

O consórcio é um instrumento mais potente. É isso que quero dizer para vocês. E nesse grau... Por exemplo, a saúde está usando um outro instrumento. Além dos convênios, ela está estudando a participação dos Entes da Federação e órgãos colegiados de outros, não é? Foi o Conselho que se montou aqui. É um instrumento de cooperação federativa que aponte ali. Mas também é pouco; ela é insuficiente. A nossa RIDE é um instrumento muito mais complexo do que isso, do que criar Conselho, do qual participem os Entes da Federação, também com decisões.

O consórcio é uma lei de 2005, ele veio — como eu tentei apresentá-lo para vocês em 15 minutos, não sei se consegui — como um instrumento mais forte de “contratualização” das obrigações entre os Entes da Federação. Isso é suficiente para dar conta da nossa complexidade? Ainda não. Estamos discutindo que a gestão metropolitana exige um grau de pactuação entre os Entes da Federação do qual nem o consórcio dá



conta. Por quê? Porque o consórcio ainda é cooperação, é voluntário. E dentro de uma região metropolitana... eu estou falando de uma cidade única. Eu não posso esperar a boa vontade dos agentes políticos de cooperarem entre si. Eles precisam cooperar entre si. Para isso é que eu tenho no sistema federativo um instrumento de coordenação federativa. E a RIDE é um instrumento de coordenação; ela é compulsória, obriga os Entes subnacionais a trabalharem juntos. E não a estamos usando para isso. Estamos usando-a para fazer coisas muito importantes, mas que não precisariam de RIDE, que seriam o convênio, o conselho, a saúde — e até pode ser o consórcio.

Então, o que quero responder objetivamente é o seguinte: A gente precisa de emenda constitucional? Não. Eu não acho isso que resolve. E as experiências de região metropolitana que nós temos analisado mostram isso. A existência da região metropolitana não resolve o problema de pactuação da gestão associada de serviços. Então, o que é que resolve? Resolve é você criar uma cultura de cooperação, que pode nascer com os APLs. Agora, eu tenho que dar um salto. Então, hoje eu consegui, por meio dessa política, colocar um equipamento em cada município, como foi mostrado aqui. Agora, eu tenho que fazer com que esses municípios compartilhem com esses equipamentos. E eu posso fazer isso por meio de um consórcio. Eu não preciso fazer emenda, não preciso fazer lei, não preciso fazer nada. O consórcio está aí, já está regulamentado, não é? Então eu já posso compartilhar esses equipamentos, eu posso não só fazer transferência de recursos da União para cada município, mas ter um pacto mais complexo de transferência de recursos entre eles, com o consórcio.

Agora isso vai dar conta do problema de segurança pública, do problema da própria urbanização na, entre aspas, “região metropolitana do DF”? Não. O consórcio tem seus limites, porque ele é voluntário. Vou ter que sempre trabalhar com convencimento, com associações. Então, as pessoas se associam quando elas sabem que o problema delas vai ser resolvido por meio dessa associação.

Agora, numa região de coordenação, de que preciso? Preciso que alguns municípios ou o DF, no caso aqui, percam, para que os outros ganhem. Então, eu não vou conseguir fazer que o DF venha para um consórcio voluntariamente, porque ele vai perder. Por isso é que eu preciso de um instrumento de coordenação que o obrigue a perder em benefício dos demais, que é o princípio da solidariedade, o princípio da cooperação a que o nosso sistema nos obriga.

Então, antes de se pensar em emendas, em pensar em modificar a Lei da RIDE, temos de colocar em prática os instrumentos que a gente tem, que são simples, que são instrumentos de cooperação, que são voluntários. Mas não podemos perder a perspectiva



de que vamos precisar avançar para instrumentos mais potentes, do ponto de vista institucional, como a RIDE. Acho que a RIDE não saiu do papel. Ela não está sendo exercida na sua potencialidade.

Quero só desmistificar um pouco dessa questão da região. Qual é a nossa região? É a região com 10, 22 ou 52 municípios? A idéia da Federação trabalha com múltiplas escalas. O nosso modelo de desenvolvimento tem múltiplas escalas. Então, eu vou ter regiões de 10 municípios para determinadas autorizações, vou ter regiões de 22 municípios para determinadas autorizações e uma região de 50 municípios...

Então, essas múltiplas escalas têm que existir. Não temos de definir que a nossa RIDE é essa. Agora, nós vamos ter que definir, num momento adequado, quando estivermos realmente usando a potencialidade de coordenação, de compulsoriedade, de gestão associada compulsória de serviços. Qual é a região que eu tenho realmente tornar compulsória a associação dos serviços? Então, no caso dos transportes, será uma determinada região que poderá se somar à questão do saneamento, à questão do planejamento urbano, que é a idéia que a gente trabalha no resto do País, como sendo região metropolitana. Não trabalhamos assim aqui por causa das especificidades do DF, porque esse instrumento passou a ser de competência estadual, portanto, não temos como instituí-lo aqui. Mas podemos instituí-lo por meio da RIDE. Ele tem a mesma funcionalidade da região metropolitana. Do ponto de vista jurídico, ele tem a mesma natureza. A RIDE e a região metropolitana são instrumentos de coordenação federativa.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: eu contei a vocês que a gente deu um salto de qualidade, digamos assim, no federalismo, quando nós mudamos da concepção do federalismo dual para o federalismo cooperativo. Eu contei a vocês que isso se deu justamente depois da crise econômica, da quebra da bolsa de valores em 1929. Isso reflete no Brasil na Constituição de 1932, que inaugura essa idéia de que os Entes da Federação não têm que preservar suas competências, mas têm que trabalhar juntos.

Acho que essa crise econômica mundial abre uma oportunidade para darmos um salto de qualidade. Hoje, o nosso modelo federativo ainda é insuficiente para os nossos desafios de desenvolvimento econômico. E a crise, a meu ver, ao ver do Governo Federal — eu não estou falando aqui em nome pessoal, mas enquanto representante do Governo Federal — é uma oportunidade de nós trabalharmos juntos, criarmos os instrumentos mais adequados de cooperação. Cada vez mais os recursos vão ser escassos. Nossa arrecadação está caindo, a nossa capacidade de investimento vai ser menor. Então, nós temos que ser mais eficientes, nós temos que trabalhar mais juntos.



Então, olhando pelo lado bom, nós temos a oportunidade de, havendo a necessidade de trabalharmos juntos, criar instrumentos mais adequados para isso.

Acho que é por isso que esse tema está sendo retomado; não há outra escolha. Ou trabalhamos juntos ou vamos definhando diante da crise econômica. Acho que nós temos alguns instrumentos que não serão suficientes para os nossos desafios. Mas se conseguirmos nos apropriar deles — o consórcio, os Conselhos, os convênios, tudo isso que a gente já tem — e conseguir avançar, vamos começar a nos deparar com os limites desses instrumentos e conseguir propor algo adequado para um arcabouço institucional para essa RIDE, com essa especificidade, que é o DF dentro do Brasil, na condição de Ente da Federação autônoma.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Bom. Dado que as outras questões foram mais questões de encaminhamento e muito difusas, vamos parar por aqui.

Aquelas perguntas que foram remetidas por escrito serão respondidas. Está bem?

Para finalizar, então... Bom...

**O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL** - Só para alguns itens aqui que foram abordados. Quero fazer só umas considerações finais. Vou falar agora, Deputado, mais na qualidade de cidadão luzianense do que na qualidade de coordenador da RIDE. Quando assumi a RIDE, há 1 ano e 10 meses, em todos os lugares em que eu fui, eu já fui a todos os municípios da RIDE, diziam o seguinte: "*Vocês têm muita conversa e pouca ação*". Isso era o que eu mais ouvia. Inclusive, para este Seminário, alguns Prefeitos para quem liguei falaram: "*Se for seminário para ouvir conversa eu não vou. Eu quero é dinheiro aqui, principalmente agora, que eu estou sem FPM*". Ou seja, uma questão mais de recursos.

Então, hoje, quando falo para vocês que em um Seminário para discutir a RIDE — e agora aqui vai uma crítica construtiva —, eu tive 10 minutos para poder falar das ações da RIDE, e não pude trazer, por questão de tempo, o PRONASCI. O PRONASCI não está no Ministério de Integração Nacional, mas é uma prioridade da RIDE. Está no Ministério da Justiça. A saúde não está no Ministério de Integração Nacional, mas é uma prioridade. Nós temos um plano de ação, e eu cedi meu espaço para o Sr. Rubens poder ali apresentar.

Quando a gente fala em representação fundiária, está aqui o Sr. Júlio, do Ministério das Cidades que também já está fazendo uma ação que é na RIDE. Não está no Ministério da Integração Nacional, mas está no Ministério das Cidades. Quando nós estamos hoje tentando resolver o problema da água e do abastecimento em Formosa é por meio também de ações da RIDE. Ou seja, é pouco o que o Governo Lula está fazendo para a RIDE? Não sei. Mas está fazendo? Está fazendo. Se você estivesse aqui 1 dia para o Governo Federal



poder apresentar todas as ações que hoje são implementadas na RIDE, quem for da RIDE vai saber que há ações. Agora, o que nós precisamos discutir é o seguinte: como seria essa gestão. Ou seja, hoje, na RIDE do Ministério da Integração Nacional, respondendo a uma pergunta aqui, ela é, como apresentei, praticamente formada por emendas parlamentares. Mas aí eu pergunto: Por que não se utilizar o fundo que o GDF recebe aí, 7 ou 8 milhões ao ano, e se colocar 0,1%, ou 1% ou 10% para carimbar para a RIDE? Porque hoje, o Entorno, redividido com o Distrito Federal, dependendo do lugar é uma rua: você atravessa uma rua e está em Goiás. Ou seja, então por que não se faz uma ação para aumentar um pouquinho para o Entorno desse Fundo que está no GDF? Aí, nós vamos para a questão Parlamentar. A bancada de Parlamentares do Centro-Oeste é do tamanho da bancada da Bahia. Então, espero, agora, com o relançamento da SUDECO, essas forças políticas possam ter uma outra dimensão, em termos de SUDECO.

No mais era isso. Quero agradecer ao Deputado pela oportunidade, agradecer ao Rogério Rosso e a todos vocês pela paciência. Poderia estar aqui com muito mais ações para apresentar.

O que eu posso garantir às senhoras e aos senhores o seguinte: se a RIDE hoje está no papel ou está executando, é uma questão para se discutir. Mas que ela hoje é bem diferente do que era em tempos passados, isso os senhores podem ter certeza de que é.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Rollemberg) - Bom, gente, antes de encerrar, vou fazer muito rapidamente alguns comentários. Em primeiro lugar, quero somar-me às palavras da Prof. Marília. Já tive oportunidade de fazer isso ontem, no início deste Seminário, de cumprimentar, em primeiro lugar, a CODEPLAN. Eu acho que o resgate dessa instituição como instrumento de planejamento, de pesquisa do Distrito Federal é absolutamente importante. (*Palmas,*) É uma alegria ver a CODEPLAN retomando esse papel, sobretudo em função das ameaças recentes de que a instituição poderia até ser extinta. Ainda bem que está recuperando esse papel.

Quero também cumprimentar todos os organizadores desse evento, o Ministério da Integração Nacional, o Governo do Distrito Federal, por meio da CODEPLAN, o SEBRAE, o IBRASE, o IPEA, a Câmara dos Deputados.

Quero registrar que a participação da Liderança do PSB foi dar suporte a este Seminário.

Quero concordar também com a Profa. Marília, no sentido de que foi uma falha deste Seminário, enfim, não termos nesta Mesa a participação dos Prefeitos, a participação do terceiro setor, que, certamente, poderiam dar uma contribuição mais rica. Mas o que eu





acho mais importante de tudo isso é a retomada do debate. Nós teremos oportunidade de fazer diversos outros debates. Precisamos aprofundar o estudo do tema aqui.

O Carlos Henrique listou uma série de temas relevantes, o que mostra o quanto é complexa e quanto é carente a questão do Entorno e a necessidade de termos fóruns permanentes desse debate.

Quero rapidamente também fazer referência à fala da Maria José. Ela levanta um tema realmente de extrema relevância, a questão da segurança pública no Entorno, a questão social com uma visão mais ampla, com reflexos diretos na questão da falta de segurança e da explosão da violência.

Essa questão é gravíssima. A violência já explodiu e ela está beirando o incontrolável nas cidades do Entorno, com reflexos em toda a região. As pessoas que sofrem diretamente com isso muitas vezes não são ouvidas, porque as televisões, os jornais repercutem muito pouco o que acontece no Entorno e só percebem essa violência quando ela chega ao Distrito Federal, especialmente ao seu centro.

É fundamental que essas cidades sejam ocupadas com políticas públicas de cultura, de esporte, de lazer. Não apenas aqueles equipamentos considerados essenciais, mas os de terceira geração, de quarta geração, que hoje são fundamentais para garantir o mínimo de tranquilidade e de oportunidade nessas cidades.

Eu acho que essa questão da segurança, não só no Entorno, mas no País, mas especificamente no Entorno, merecia um tema à parte. Hoje nós temos os fundos setoriais hoje no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia e eu defendo que está na hora de termos um fundo setorial na área de humanidades, no sentido de colocar a inteligência brasileira para refletir e formular políticas sociais.

Hoje existe uma demanda muito grande por políticas na área tecnológica, que é absolutamente importante — ninguém está discutindo isso —, mas nós temos que ter a inteligência brasileira pensando mais profundamente nas questões das políticas sociais.

Finalmente, eu gostaria de me referir à governança. A Paula se refere aos instrumentos que não estão sendo utilizados na sua totalidade. E isso está em toda parte do sistema político brasileiro. Nós temos que desburocratizar a relação. E eu confesso que tenho uma preocupação. Nós estamos vivendo em nosso País um momento em que aquelas atividades vinculadas às áreas de fiscalização e controle, todas elas absolutamente importantes, oferecem oportunidade de salários cada vez melhores na máquina pública, enquanto aquelas vinculadas à criação, à inventividade, à pesquisa, à ciência estão sendo desbalanceadas, estão sendo desmerecidas. O que acontece? Grande parte dos nossos jovens hoje saem das universidades e querem fazer concurso para a Polícia Federal, para o



Ministério Público, para o Tribunal de Contas, e nós temos cada vez menos cientistas. Nada contra uma coisa, mas é preciso haver um balanceamento. E o que está acontecendo é uma burocratização e uma falta de cultura e de incorporação da cultura da necessidade de instrumentos de administração pública mais ágeis.

Refiro-me, por exemplo, à Lei de Inovação. O Congresso aprovou uma lei de inovação que permite a interação do setor produtivo com a comunidade científica, o compartilhamento de laboratórios e tal, a possibilidade inclusive de formação de empresas de propósitos específicos, e isso não tem avançado porque tem esbarrado em uma concepção atrasada das áreas jurídicas dos Ministérios, que não absorveram uma cultura da importância da agilidade.

É a mesma questão de estarmos fazendo, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, o debate sobre as fundações universitárias de apoio à pesquisa. Ou seja, em função de determinados excessos que têm que ser coibidos e punidos, busca-se restringir a ação de determinados órgãos públicos. Mas, hoje, neste mundo, com essa concorrência tremenda, se não existirem instrumentos de agilidade, por exemplo, no financiamento da pesquisa, vamos ficando para trás.

Parece-me que isso, de certa forma, está acontecendo com a RIDE, que não tem sido utilizada na sua totalidade, um pouco por desconhecimento, talvez, dos gestores públicos e um pouco também por essa reação um pouco conservadora de dificuldade na celebração de instrumentos que possam fazer com que o recurso público atinja sua finalidade rapidamente sem burocracia.

É claro que ninguém aqui está defendendo — longe de mim defender — a falta de fiscalização e acompanhamento, inclusive dos controles sociais, que devem ser aperfeiçoados. Mas nós temos que agilizar os instrumentos de gestão.

Finalmente, quero dizer também da fragilidade da bancada, dessa mobilização política, em relação ao Centro-oeste. É uma fragilidade numérica e uma fragilidade também em função de que nós precisamos construir meios de tornar esse debate mais interessante e mais sensível, para que consigamos angariar maior apoio político para ele, tanto da bancada do Centro-oeste, de forma geral, de Minas, da Bahia, dessas regiões mais influenciadas pelo Centro-oeste, como do conjunto do País, pois afinal de contas essa região é estratégica para o País.

Esse debate, nós estamos perdemos. Eu digo sempre, por exemplo, que existe uma mobilização enorme que ultrapassa as fronteiras da bancada do norte em defesa da Amazônia. Hoje, o Brasil assumiu a Amazônia como patrimônio nacional, mas o Brasil está



longe de assumir ainda o bioma cerrado como patrimônio nacional. Então, esse é um grande desafio que nós temos.

Fala-se muito do desmatamento da Amazônia, mas o desmatamento no cerrado, a cada ano, é muito maior do que o desmatamento na Amazônia. Não sei se vocês sabem disso. Talvez muitos nem saibam, porque isso não é divulgado. As áreas que vêm sendo desmatadas a cada ano no cerrado são maiores do que as que estão sendo desmatadas na Amazônia, e, no entanto, nós não temos conseguido conquistar a opinião pública para isso.

Acho que este Seminário cumpre o papel de despertar o debate, que, na minha opinião, deve ser aprofundado. Precisamos ouvir outros segmentos, criar fóruns permanentes de discussão e temos que pensar em instrumentos de pressão política regular, permanente, entre os atores políticos, seja no Parlamento, seja no Executivo, para que possamos aperfeiçoar esses instrumentos de gestão e para que todas essas idéias e essas contribuições sejam efetivadas na prática em benefício da população.

Agradeço muito a participação de todos os membros da Mesa, de todos vocês que prestigiaram este evento. Muito obrigado, em nome da Câmara e em nome de todos os organizadores do evento. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Sérgio Paz Magalhães) - Alguns avisos. Já está disponível, aqui no *hall* do auditório, o certificado para todos os participantes.

As palestras estarão disponíveis no *site* [lid.psb@camara.com.br](mailto:lid.psb@camara.com.br).

Agradecemos a presença de todos. Tenham todos uma ótima tarde.